



Relatório de Transição

Gestão Ayres Britto – Gestão Joaquim Barbosa

Portaria nº 609, de 26 e agosto de 2009.

22/10/2012



Relatório de Transição

Gestão Ayres Britto – Gestão Joaquim Barbosa

APRESENTAÇÃO

A transição da Presidência do Conselho Nacional de Justiça é regulamentada pela Portaria nº 609, de 26 de agosto de 2009. Este normativo foi editado com o objetivo de assegurar ao Ministro indicado para o cargo de Presidente do CNJ subsídios para a elaboração e a implementação do programa de gestão de seu mandato.

O processo de transição tem início com a indicação do Presidente do CNJ e se encerra com a posse. Nesse período, é facultado ao futuro Presidente indicar formalmente equipe de transição com respectivo coordenador, que tem acesso integral aos dados e informações referentes à gestão em curso.

Para apoiar esse processo, a gestão atual vem apresentar relatório circunstanciado com os seguintes elementos básicos:

- planejamento estratégico;
- estatística processual;
- relatório do trabalho das comissões permanentes e dos projetos;
- orçamento com especificação das ações e programas;
- estrutura organizacional com detalhamento do Quadro de Pessoal, cargos providos, vagos, inativos, pensionistas, cargos em comissão e funções comissionadas;
- relação dos contratos em vigor e respectivos prazos de vigência, valores mensais e critérios de reajuste;
- sindicâncias e processos administrativos disciplinares internos, se houver;
- tomadas de contas especiais em andamento, se houver.

Estão ainda à disposição o Secretário-Geral e o Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça, que podem oferecer informações complementares e apoiar o processo de transição.

Com votos de estima e consideração, submeto à apreciação do meu sucessor, Sua Excelência o Ministro Joaquim Barbosa, as informações que me compete transmitir.

Brasília, 22 de outubro de 2012.

Ministro **Carlos Ayres Britto**
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

SUMÁRIO

1	GESTÃO ESTRATÉGICA.....	4
1.1	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO.....	5
1.2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	13
2	ESTATÍSTICA PROCESSUAL	17
2.1	ESTATÍSTICA PROCESSUAL.....	18
3	RELATÓRIO DE TRABALHO DAS COMISSÕES PERMANENTES E PROJETOS	19
3.1	INICIATIVA DAS COMISSÕES PERMANENTES.....	20
4.	ORÇAMENTO	35
5.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	40
6.	CONTRATOS EM VIGOR	50
7.	SINDICÂNCIAS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS	81
7.1.	SINDICÂNCIAS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES INTERNOS E TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS	82
8.	ANEXO I - QUADRO FINAL DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS APÓS A 3ª RAE .	83
8.1.	QUADRO FINAL DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS APÓS A 3ª RAE.....	84

1 GESTÃO ESTRATÉGICA

1.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão a quem compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e dos deveres funcionais dos magistrados, tem a função precípua, muito além da atividade de controle e fiscalização, de balizador de políticas públicas nacionais para o Poder Judiciário, voltadas ao seu aperfeiçoamento e ao da prestação jurisdicional.

Como órgão de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário, o CNJ tem por objetivo aperfeiçoar a prestação jurisdicional mediante o sistema integrado de gestão materializado no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, instituído pela Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, no qual foram definidos os seguintes componentes estratégicos:

Missão

Contribuir para a realização da prestação jurisdicional com Moralidade, Eficiência e Efetividade, em benefício da sociedade.

Visão

Ser instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário.

Diretrizes

O trabalho do Conselho Nacional de Justiça compreende:

- ✓ Planejamento estratégico e proposição de políticas judiciárias;
- ✓ Modernização tecnológica do Judiciário;
- ✓ Ampliação do acesso à justiça, pacificação e responsabilidade social;
- ✓ Garantia de efetivo respeito às liberdades públicas e execuções penais.

MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO



MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO

Missão: Realizar Justiça

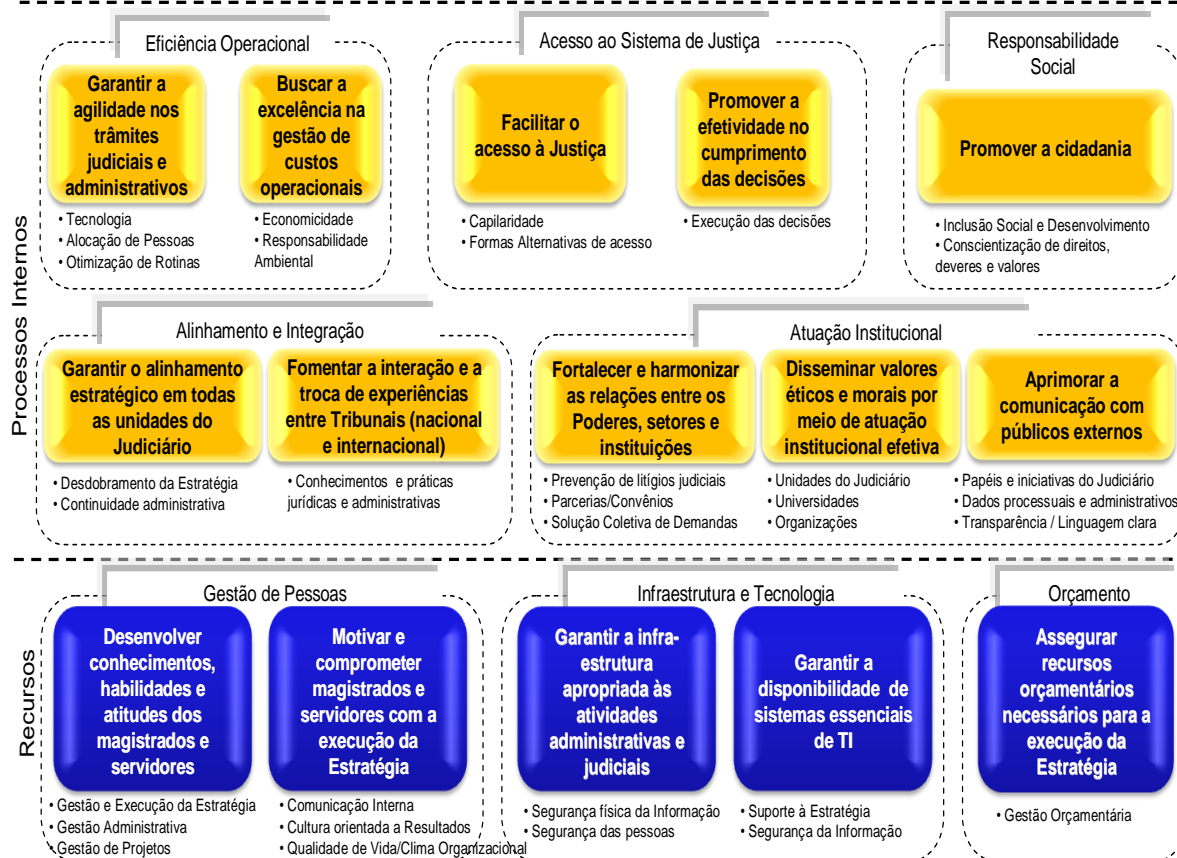
Ser reconhecido pela Sociedade como instrumento efetivo de Justiça, Equidade e de Promoção da Paz Social

Atributos de Valor para a Sociedade

- Acessibilidade
- Celeridade
- Ética
- Imparcialidade
- Modernidade
- Probidade
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Transparência

Sociedade

Credibilidade



1.1.1 Encontros Nacionais

Compete aos Juízes Auxiliares da Presidência, em consonância com a Resolução 70/2009, criar meios para definição de propostas de metas de âmbito nacional, comuns aos tribunais, para os próximos anos, e sugerir critérios para aprovação das metas no Encontro Nacional do Poder Judiciário, bem como acompanhar o cumprimento, avaliar o desempenho e divulgar os resultados dessas metas por meio de relatórios.

Compete ainda a estes juízes providenciar nomeação de gestores e representantes da Comissão Nacional de Metas e definir calendário de reuniões para as Subcomissões, em consonância com a Portaria 44/GP, de 27 de maio de 2011.

1.1.2 V Encontro Nacional do Poder Judiciário (Metas para 2012 e 2013)

A fim de facilitar a interlocução do CNJ com os tribunais e auxiliar a aprovação, o acompanhamento do cumprimento e a avaliação de desempenho das Metas Nacionais, publicou-se a Portaria 44/GP, de 27 de maio de 2011, que constituiu a Comissão Nacional de Metas, composta pelos tribunais superiores e pelas Subcomissões da Justiça Militar, Federal, Eleitoral, Estadual e do Trabalho.

As Propostas de Metas para 2012 e 2013 foram apresentadas no V Encontro Nacional do Poder Judiciário, dias 17 e 18 de novembro de 2011, no Rio Grande do Sul, quando os presidentes dos tribunais aprovaram cinco metas gerais e 14 específicas para 2012 e duas gerais e 13 específicas para 2013.

São elas:

Metas Gerais

	Meta 2012	Meta 2013
Meta 1	Julgar quantidade maior de processos do conhecimento do que os distribuídos em 2012	Julgar quantidade maior de processos do conhecimento do que os distribuídos em 2013
Meta 2	Julgar, até 31/12/2012, pelo menos: 80% dos processos distribuídos em 2007 no STJ 70%, em 2009, na Justiça Militar da União 50%, em 2007, na Justiça Federal 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos: 80% dos processos distribuídos em 2008 no STJ 70%, em 2010 na Justiça Militar da União 50%, em 2008, na Justiça Federal 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho

	Meta 2012	Meta 2013
	Especiais Federais e Turmas Recursais Federais 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados 90%, em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual	90%, em 2010, na Justiça Eleitoral 90%, em 2011, na justiça Militar dos Estados 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual
Meta 3	Disponibilizar para consulta pública na internet, com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitando o segredo de justiça.	-----
Meta 4	Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação.	-----
Meta 5	Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento	-----

Metas Específicas

Propostas	Meta 2012	Meta 2013
Justiça Militar Estadual	Meta 6 – Implantar sistema de videoconferência, em pelo menos uma unidade judiciária, para oitiva de testemunhas, em cooperação com outros segmentos de justiça.	Meta 3 – Julgar 90% dos recursos cíveis e criminais em até 120 dias.
Justiça Militar Estadual	Meta 7 – Implantar projeto-piloto do processo judicial eletrônico em pelo menos uma unidade judiciária	Meta 4 – Implantar o processo judicial eletrônico em 25% das unidades judiciárias.
Justiça Militar Estadual	Meta 8 – Implantar o processo eletrônico em pelo menos	-----

Propostas	Meta 2012	Meta 2013
	cinco rotinas administrativas.	
Justiça Militar Estadual	Meta 9 - Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em 100% das unidades judiciárias de 1º Grau	-----
Justiça Federal	Meta 10 – Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2011).	Meta 5 - Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2012).
Justiça Federal	Meta 11 – Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das turmas recursais.	Meta 6 - Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais.
Justiça Eleitoral	Meta 12 – Realizar pesquisa sobre a qualidade da prestação dos serviços e satisfação do cidadão nos tribunais eleitorais.	Meta 7 – Modelar pelo menos cinco processos de trabalho das unidades judiciárias de 1º Grau da Justiça Eleitoral
Justiça Eleitoral	Meta 13 – Implantar, pelo menos, uma iniciativa de promoção da cidadania voltada para jovens.	Meta 8 - Implantar e divulgar a “Carta de Serviços” do 2º Grau da Justiça Eleitoral.
Justiça do Trabalho	Meta 14 – Implantar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 60% das unidades judiciárias e administrativas.	Meta 9 -Implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 100% das unidades judiciárias e administrativas.
Justiça do Trabalho	Meta 15 – Capacitar, com carga-horária mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJE) e em gestão estratégica.	Meta 10 - Realizar adequação ergonômica em 100% das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau
Justiça do Trabalho	Meta 16 - Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE) em, pelo menos, 10% das Varas de Trabalho de cada	Meta 11 – Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores na utilização do

Propostas	Meta 2012	Meta 2013
	tribunal.	Processo Judicial Eletrônico (PJE) e em gestão estratégica.
Justiça do Trabalho	Metas 17 - Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.	Meta 12 – Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE) em, pelo menos, 40% das Varas do Trabalho de cada tribunal.
Justiça do Trabalho	Metas 18 - Executar, até setembro de 2012, pelo menos 60% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas de pessoal.	Meta 13 – Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.
Justiça do Trabalho		Meta 14 – Executar, até setembro de 2013, pelo menos, 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal
Justiça Militar da União	Metas 19 - Desenvolver normas e política de gestão documental para a Justiça Militar da União.	Meta 15 – Desenvolver versão teste de sistema de gestão eletrônica Administrativa e Judicial

Com a definição das propostas de metas para 2013, ainda em 2011, o Judiciário passa a contemplar o fator orçamentário para alcance dos seus objetivos, podendo prever, antecipadamente, orçamento para os seus projetos estratégicos.

Para maiores informações, acesse o link http://www.cnj.jus.br/images/metas_judiciario/metasencontronacional.pdf

1.1.3 Reunião Preparatória - VI Encontro Nacional do Poder Judiciário

No dia 17 de outubro de 2012, mais de duzentos gestores de metas e responsáveis pelo planejamento estratégico dos tribunais brasileiros participaram da Reunião Preparatória para o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O objetivo da reunião foi possibilitar a troca de experiência para o melhor cumprimento das metas nacionais, além de discutir temas prioritários para o Judiciário a serem tratados pelos presidentes das Cortes durante o VI Encontro Nacional.

No evento preparatório, cuja iniciativa foi da Secretaria-Geral da Presidência, participaram, além do Secretário-Geral do Conselho, Juiz Francisco Alves Júnior, e do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Erivaldo dos Santos, os Conselheiros Vasi Werner, Jefferson Kravchychyn e Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, a quem coube a condução dos trabalhos.

Na reunião, os representantes dos tribunais compartilharam boas experiências e manifestaram-se sobre as dificuldades enfrentadas no cumprimento das metas nacionais do Judiciário. Na ocasião, foi apresentado um balanço parcial do cumprimento das Metas de 2012 e os participantes apresentaram sugestões para alteração do glossário de metas relacionado aos objetivos de 2013.

Os gestores puderam ainda propor temas a serem debatidos pelos presidentes dos tribunais no VI Encontro Nacional, envolvendo propostas para instituição de metas sobre combate à corrupção e improbidade administrativa, assim como ações para a efetiva implantação da gestão estratégica.

1.1.4 VI Encontro Nacional do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) sediará o Encontro Nacional do Poder Judiciário em 2012. Representantes de 91 Tribunais de todo o país

estarão em Aracaju para discutir o planejamento estratégico, o estabelecimento de metas e a gestão do Judiciário. É a primeira vez que um Tribunal do Nordeste receberá o evento, que acontecerá nos dias 5 e 6 de novembro.

Durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário serão estabelecidas metas específicas de combate à corrupção e à improbidade administrativa, além de política de comunicação para o Poder Judiciário.

Neste ano, o Encontro Nacional terá duas novas atividades: a participação de observadores externos, que apresentarão suas visões sobre a justiça brasileira; e a realização de reuniões de trabalho coordenadas por Conselheiros, que debaterão temas relevantes para a modernização do judiciário.

1.1.5 Diagnóstico de Gestão Estratégica do Poder Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça realizou, nos meses de setembro e outubro de 2012, questionário objetivando avaliar a situação do planejamento estratégico no Poder Judiciário. As informações foram solicitadas pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Ayres Britto, em ofício encaminhado aos tribunais. A realização da pesquisa, realizada em meio eletrônico, foi demandada pela Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, presidida pelo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Conselheiro do CNJ.

No diagnóstico se verificou o nível de adesão dos tribunais às práticas de gestão estabelecidas pelo Judiciário brasileiro, por meio da Resolução CNJ nº 70, de 18 de março de 2009. A partir desse diagnóstico foi possível conhecer os principais resultados obtidos pelos tribunais nos últimos três anos, bem como avaliar a maturidade organizacional alcançada com a implementação da gestão estratégica. Verificou-se que as diretrizes maiores para a melhoria da gestão estão, em boa medida, alinhadas aos desafios e às prioridades de cada órgão da Justiça.

Os resultados finais desse trabalho serão divulgados pelo CNJ em novembro, durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário. Entre os dados a serem fornecidos por meio do questionário estão informações sobre a estruturação da unidade de gestão estratégica, sobre a área de gestão de processos e sobre a capacitação de servidores, além de indicadores estratégicos, como taxa de congestionamento na fase de execução e produtividade por magistrado.

O levantamento também servirá como subsídio para a revisão do Plano Estratégico Nacional, que deve ser concluída em dezembro de 2013.

1.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A Resolução CNJ nº 70/2009, que instituiu o Planejamento e a Gestão Estratégica no Poder Judiciário, determinou, em seu art. 2º, que os órgãos do Poder Judiciário elaborassem seus Planejamentos Estratégicos alinhados ao Plano Estratégico Nacional, com duração mínima de cinco anos.

Como desdobramento do Planejamento Estratégico do Judiciário, a Portaria nº 18, de 19 de fevereiro de 2010, instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2010 a 2014.

O sistema de planejamento e gestão concebido para o CNJ tem como objetivo integrar e direcionar esforços para cumprir a missão institucional e contribuir para o alcance da sua visão de futuro: “Ser reconhecido como instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário”.

A Missão, a Visão de Futuro, o Mapa Estratégico, os Objetivos Estratégicos, os Indicadores e correspondentes Metas definidos no Plano Estratégico do CNJ guardam conexão com o documento Desdobramento da Estratégia do Conselho Nacional de Justiça, anexo à Portaria nº 18/2010.

O Plano Estratégico do CNJ é o documento que consolida o planejamento de médio prazo, que estabeleceu a direção a ser seguida. Ele congregou a identidade organizacional expressa pela definição de missão, visão e valores do CNJ. Contemplou também os objetivos estratégicos e as iniciativas que favorecem o seu alcance.

Como instrumento para o acompanhamento da implementação da estratégia são previstas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), nas quais são monitorados os desempenhos dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Estratégico.

As Reuniões de Análise Estratégicas estão expressamente previstas no art. 5º da Resolução CNJ nº 70/2009, transcrito a seguir:

Art. 5º Os tribunais promoverão Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) trimestrais para acompanhamento dos resultados das metas fixadas, oportunidade em que poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho. (Resolução CNJ n. 70/2009)

A realização das RAEs no CNJ está prevista na Portaria nº 18, conforme o art. 4º a seguir transcrito:

Art. 4º As reuniões de análise estratégica realizar-se-ão trimestralmente sob a coordenação da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, com o apoio da Diretoria de

Gestão Estratégica, e contarão com a participação dos titulares das áreas de negócio e de apoio do Conselho Nacional de Justiça.

As Reuniões de Análise Estratégica são coordenadas pela Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, e tem o apoio técnico do Departamento de Gestão Estratégica.

1.2.1 1ª e 2ª Reunião de Análise Estratégica – RAE

Nas primeiras Reuniões de Análise da Estratégica - RAE privilegiou-se a revisão dos indicadores estratégicos do CNJ. Houve, ainda, a análise das metas e periodicidades estabelecidas originalmente, com grande preocupação em se definirem as fórmulas para medição do desempenho dos indicadores, concluindo-se por alterar algumas metas e periodicidades. Essas reuniões ocorreram em dezembro de 2011 e abril de 2012.

1.2.2 3ª Reunião de Análise Estratégica - RAE

Como medida de aprofundamento das deliberações previstas para a 3ª Reunião de Análise Estratégica, houve por bem a Comissão de Gestão Estratégica analisar em separado os indicadores de abrangência interna e aqueles considerados finalísticos, alinhados aos objetivos previstos no Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça.

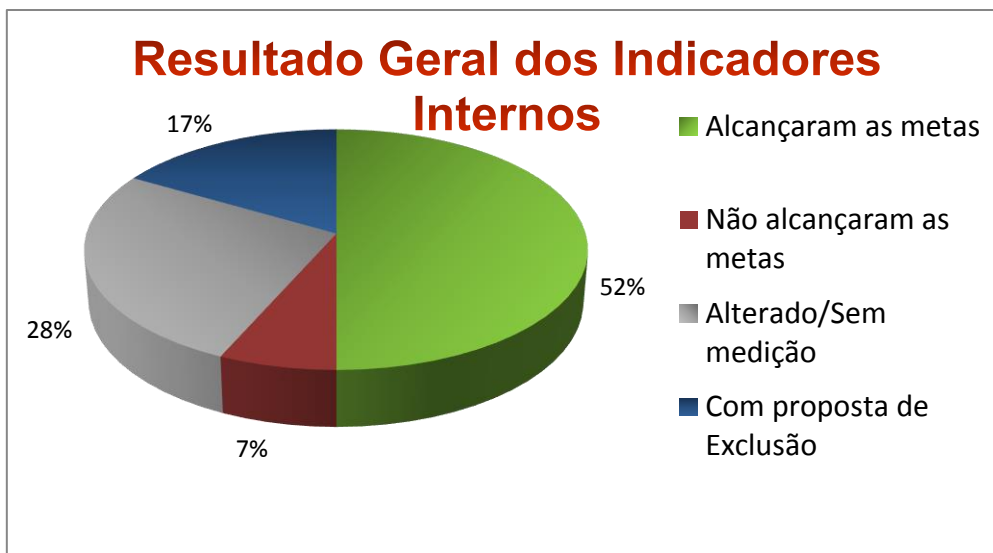
1.2.3 3ª Reunião de Análise Estratégica – RAE (Indicadores Internos)

A primeira etapa da 3ª RAE foi realizada no dia 19 de setembro de 2012 com apresentação das informações relativas às iniciativas prioritárias do CNJ, coordenada pela Secretaria-Geral e pela Diretoria-Geral, cujos dados apontam que 35% dessas estão concluídas.

Verificou-se que, em relação às ações em andamento no Conselho a situação era a seguinte:

- 32% são ações vinculadas aos Objetivos Estratégicos;
- 64 % são ações continuadas;
- 4% são ações diversas.

Posteriormente, foram apresentadas as medições informadas pelas unidades do CNJ, acompanhadas da análise do desempenho dos indicadores internos, cuja síntese está a seguir demonstrada:



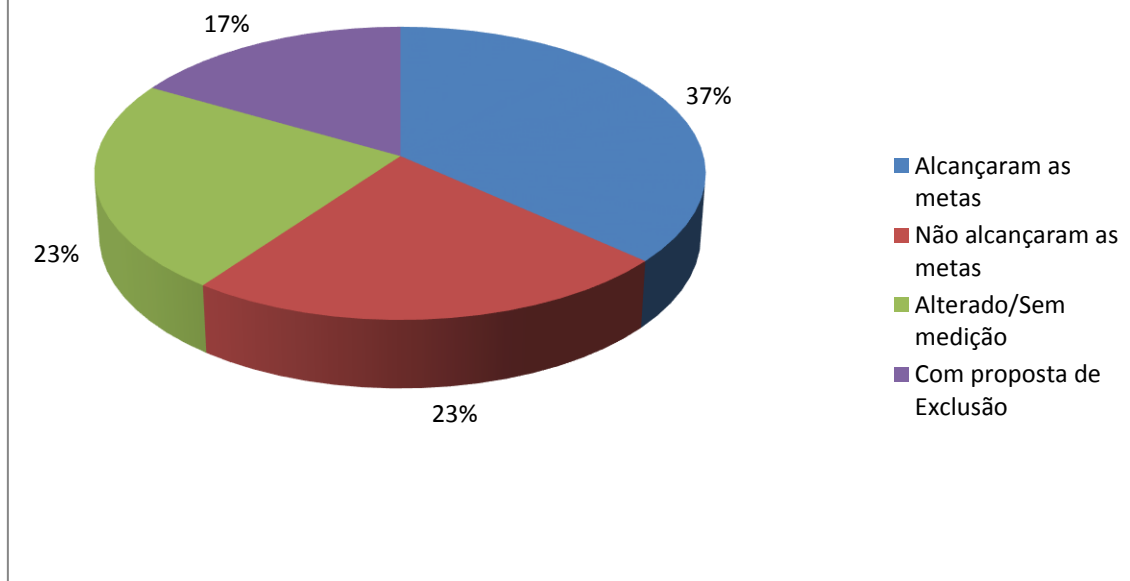
As mudanças instituídas no conjunto de indicadores estratégicos do CNJ decorrentes da 3ª RAE estão resumidas na tabela constante do anexo I.

Foi destaque nessa reunião a decisão de se dobrar investimentos para capacitação dos servidores do CNJ e do Judiciário, cujo recurso para 2012 passará dos R\$ 3 milhões. Outra medida importante foi a decisão de se monitorar o tempo de contratações do CNJ e os custos operacionais (luz, água, papel).

1.2.4 3ª Reunião de Análise Estratégica – RAE (Indicadores Finalísticos)

A segunda etapa da 3ª RAE foi realizada no dia 15 de outubro de 2012. Os trabalhos foram conduzidos pela Comissão Permanente de Gestão Estratégica, com a apresentação do resultado geral do desempenho dos indicadores finalísticos, conforme a seguir demonstrado:

Resultado Geral dos Indicadores Finalísticos



As mudanças instituídas no conjunto de indicadores estratégicos do CNJ decorrentes da 3ª RAE estão resumidas na tabela constante do anexo I.

Uma importante deliberação da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento foi a de se intensificar a cobrança aos tribunais sobre o cumprimento das deliberações tomadas pelo Conselho. A meta definida no planejamento é ter 100% de retorno dos tribunais sobre o cumprimento das resoluções ou decisões tomadas pelo Conselho. Segundo os dados apurados, apenas 26,99 dos tribunais encaminharam informações a respeito desse cumprimento.

Em decorrência desse quadro, a Secretaria Processual passará a relatar periodicamente aos Conselheiros responsáveis pelo acompanhamento de cada decisão, quais tribunais prestaram ou não informações sobre o cumprimento das deliberações do Conselho, visando ao efetivo cumprimento das decisões do CNJ.

Durante a reunião, também foi ampliada a meta de número de inspeções ou retorno de inspeções a serem realizados anualmente pela Corregedoria Nacional de Justiça, cuja meta é realizar, no próximo ano, ao menos 10 inspeções correcionais, chegando-se a 15 em 2014.

Definiu-se, ainda, mudança no acompanhamento da conclusão de levantamentos e pesquisas realizadas pelo DPJ.

2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL

2.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL

Classe	Tramitação em 18/04/2012	Cumprimento em 18/04/2012	Suspensos em 18/04/2012	Autuados de 19/04/2012 até 17/10/2012	Baixados de 19/04/2012 até 17/10/2012	Tramitação em 17/10/2012	Cumprimento em 17/10/2012	Suspensos em 17/10/2012
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão	69	191	1	32	35	10	223	2
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão - Corregedoria	15	20	0	1	0	12	21	0
Acompanhamento de Recomendação	1	0	0	0	1	0	0	0
Acompanhamento de Resolução	9	0	0	0	1	1	0	0
Arguição de Suspeição e de Impedimento	3	0	0	1	4	0	0	0
Ato Normativo	25	0	0	19	18	27	0	0
Avocação	4	0	0	4	3	5	0	0
Comissão	17	0	0	13	4	25	0	0
Consulta	55	0	0	66	63	56	0	0
Correição	1	0	0	0	0	1	0	0
Documento Avulso - Corregedoria	1	0	0	0	0	1	0	0
Inspeção	24	0	0	9	0	36	0	0
Nota Técnica	0	0	0	1	1	1	0	0
Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei	31	0	0	7	15	11	0	0
Pedido de Providências - Conselheiro	256	0	4	445	442	260	0	4
Pedido de Providências - Corregedoria	1007	0	5	1291	784	1550	0	5
Petição Avulsa - Corregedoria	282	0	0	403	418	279	0	0
Petição Avulsa - Secretaria	7	0	0	5	9	2	0	0
Procedimento de Controle Administrativo	245	0	13	285	278	254	0	14
Processo Administrativo Disciplinar	22	0	3	9	6	26	0	3
Processo de Revisão Disciplinar - Conselheiro	44	0	1	29	39	35	0	1
Reclamação Disciplinar	580	0	2	497	546	545	0	2
Reclamação para Garantia das Decisões	18	82	0	25	24	14	107	0
Representação por Excesso de Prazo	1081	0	1	1328	1123	1297	0	1
Sindicância	54	0	1	19	8	68	0	1
Total:	3851	293	31	4489	3822	4516	351	33

3 RELATÓRIO DE TRABALHO DAS COMISSÕES PERMANENTES E PROJETOS

3.1 INICIATIVA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Neste item é possível conhecer as principais iniciativas (ações, projetos e programas) do Conselho Nacional de Justiça a cargo das Comissões Permanentes e aquelas afetas à Corregedoria Nacional de Justiça.

É importante frisar que, para a maior parte das iniciativas elencadas, não se estabeleceu metodologia de monitoramento que permita aferir com maior precisão quais são os benefícios e resultados alcançados com cada programa, projeto ou ação. Nada obstante, tramita perante o Conselho Nacional de Justiça uma minuta de normativo, a qual propõe regramento para a propositura, gestão e avaliação das iniciativas estratégicas. A normatização dos procedimentos relacionados às iniciativas estratégicas revela-se como medida de extrema relevância para fins de designar responsáveis, monitorar resultados, decidir sobre a viabilidade novas frentes de trabalho; consolidar iniciativas em curso; ou encerrar aquelas que já exauriram seu objeto ou não se mostraram eficazes.

3.1.1 Iniciativa em execução

Na tabela a seguir são apresentadas as iniciativas em execução no CNJ, uma breve descrição do propósito dessas ações/projetos, assim como o seu alinhamento aos objetivos previstos no Mapa Estratégico aprovado pela Portaria nº 18, de 19 de fevereiro de 2010, que instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2010 a 2014.

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
JUSTIÇA PLENA	O Programa Justiça Plena monitora e dá transparência ao andamento de processos de grande repercussão social. Lançada pela Corregedoria Nacional de Justiça em novembro de 2010, a iniciativa apoia a gestão dessas causas, relacionadas a questões criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do direito do consumidor e ambientais. Podem idicar processos para acompanhamento no Projeto Justiça Plena: o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério da Justiça (MJ), a Advocacia-Geral da União (AGU), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Defensoria Pública da União e dos Estados e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Meta definida no Projeto: acompanhar 200 processos até o fim de 2012. Atualmente estão em acompanhamento 81 processos e finalizados 11.	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva
JUDICIÁRIO EM DIA	Para acelerar os julgamentos na Justiça Federal, a Corregedoria Nacional de Justiça em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça Federal e os TRFs da 1ª e 3ª Regiões institucionalizaram o mutirão Judiciário em Dia. A força-tarefa tem o objetivo de agilizar a resolução de causas registradas no TRF da 1ª região e no TRF da 3ª região. Na 1ª Região foram julgados 35.123 processos e na 3ª Região - 93.970.	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos
PADRONIZAÇÃO DAS CERTIDÕES DE NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO	Instituição de modelos únicos de certidão de nascimento, certidão de casamento e de certidão de óbito a serem adotadas pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais em todo país. Os novos modelos visam garantir a segurança jurídica, objetividade dos documentos, uniformizar e aperfeiçoar as atividades dos serviços de registro civil das pessoas naturais.	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva
REFORMA DO REGIMENTO INTERNO	Propor alterações no Regimento Interno para aprovação do Plenário.	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
<p>PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DESEMPENHO DA ATIVIDADE JUDICIÁRIA COM USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS</p>	<p>Parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (senad). O objetivo é aprimorar o atendimento da Justiça a usuários e dependentes de drogas envolvidos em processos criminais ou relacionados à área da infância e juventude. Em decorrência dos Provimentos nº 04 e 09 foi firmado convênio com a Universidade de São Paulo para treinamento de políticas anti-drogas de 15.000 magistrados e servidores.</p>	<p>Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva</p>
<p>JUIZADOS ESPECIAIS NOS AEROPORTOS</p>	<p>Solucionar os problemas enfrentados entre passageiros e companhias aéreas.</p>	<p>Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições</p>
<p>PROGRAMA JUSTIÇA AO JOVEM</p>	<p>O Programa Justiça ao Jovem, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é o novo nome do projeto responsável por analisar unidades de internação de jovens em conflito com a Lei. Lançado em junho de 2010, sob a denominação de Medida Justa, o projeto já passou por vinte Estados e foi elaborado para que os adolescentes sob custódia do estado tenham tratamento diferenciado dos adultos, hoje cuidados pelo Mutirão Carcerário. A equipe do programa Justiça ao Jovem tem como função verificar a situação processual de todos os adolescentes que estão em conflito com a lei no Brasil. A intenção é realizar diagnóstico das medidas socioeducativas em cada unidade da federação, para conhecer a realidade nacional. Uma das recomendações é de que os sistemas socioeducativos estaduais sejam adequados às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE). O Programa Justiça ao Jovem é executado por magistrados com experiência na área de execução de medida socioeducativa. E também por técnicos do Judiciário como assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. O Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil também participam do programa como gestores da execução da medida de internação.</p>	<p>Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva</p>

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
CASAS DE JUSTIÇA E CIDADANIA	<p>Casas de Justiça e Cidadania é uma rede integrada de serviços ao cidadão, onde são oferecidos assistência jurídica gratuita, informações processuais, audiências de conciliação pré-processual, emissão de documentos, ações de reinserção social de presos e egressos. Atualmente, o programa está presente em 15 Estados (Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Para encontrar a Casa mais próxima e saber os serviços que ela oferece, acesse o link Onde Encontrar. O objetivo do programa é promover o princípio constitucional da cidadania (Constituição Federal de 1988, art. 1º, II) e disseminar práticas voltadas à proteção de direitos fundamentais e acesso à cultura e à justiça. O programa Casas de Justiça e Cidadania foi aprovado pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na 75ª Sessão Ordinária, de 2 de dezembro de 2008 (publicada no DJU de 19 de fevereiro de 2009). A iniciativa foi formalizada por meio da edição da Portaria n. 499/CNJ, de 7 de abril de 2009 (publicada no DJU de 16 de abril de 2009), que instituiu Grupo Gestor Nacional do Programa. A instalação das Casas de Justiça e Cidadania independe da edição de quaisquer novas leis. As providências necessárias são simples, desburocratizadas, ágeis, livres de altos custos e estruturas onerosas, dispensando a aquisição, a edificação ou o arrendamento de prédios e salas, ou, ainda, a criação, o provimento e a lotação de cargos, estando, assim, disponível a todos os interessados e acessível às diversas modalidades de jurisdição, a partir de despesas e providências mínimas.</p>	<p>Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva</p>
COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA	<p>A Rede Nacional de Cooperação Judiciária, instituída pela Recomendação Nº 38/2011, do CNJ, foi constituída com a finalidade de imprimir maior fluidez, agilidade e eficácia ao intercâmbio de atos judiciais e de favorecer o exercício de uma jurisdição mais harmônica e colaborativa. A Rede de Cooperação é coordenada pelo Comitê Executivo Nacional, em articulação com os Comitês Executivos Estaduais. O sistema de cooperação judiciária nos tribunais possui dois mecanismos básicos: a figura do juiz de cooperação e os núcleos de cooperação judiciária.</p>	<p>Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais</p>

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
REGISTRO CIVIL	<p>O CNJ tem o objetivo de impulsionar e conduzir projetos que resultem na ampliação do acesso à Justiça, fomentando a mobilização da sociedade e, sobretudo, dos órgãos e membros do Poder Judiciário no tocante à importância do registro civil de nascimento. Nesse sentido, o CNJ, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, coordena uma campanha de mobilização nacional para o registro civil de nascimento e a documentação básica. O foco desse projeto é sensibilizar a sociedade para a importância e a necessidade de se ter esses documentos. A certidão de nascimento é o documento que oficializa a existência do indivíduo e, por isso, funciona como a identidade formal do cidadão. Ela é essencial para a retirada de outros documentos e para garantir o acesso a benefícios governamentais. Sem o registro civil, a pessoa fica impedida, por exemplo, de receber as primeiras vacinas e matricular-se em escolas. O objetivo do Movimento Nacional é conscientizar um maior número de pessoas e garantir que ninguém, inclusive os adultos, fique sem registro de nascimento. O registro é gratuito para todas as idades, inclusive para os adultos que ainda não possuem o documento.</p>	<p>Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva</p>
JUIZADOS ESPECIAIS	<p>O projeto da Corregedoria Nacional de Justiça visa o aprimoramento dos Juizados Especiais Estaduais e Federais. O programa foi implantado após a constatação, durante as inspeções, da péssima estrutura física, número de servidores incompatível com a sua distribuição mensal e movimento processual e tratamento discriminatório em relação às estruturas disponibilizadas para as varas comuns e suas secretarias.</p>	<p>Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos</p>
FÓRUM DA SAÚDE	<p>O Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à Saúde foi instituído em 3 de agosto de 2010 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tem como objetivo a elaboração de estudos e a proposição de medidas e normas para o aperfeiçoamento de procedimentos e a prevenção de novos conflitos judiciais na área da saúde. O fórum busca criar ainda medidas concretas voltadas à otimização de rotinas processuais bem como à estruturação e organização de unidades judiciárias especializadas. Histórico - O Fórum Nacional do Judiciário para Assistência à Saúde foi criado pelo CNJ após a Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir o aumento das ações judiciais na área de saúde, por exemplo, obrigatoriedade de fornecimento de medicamentos, tratamentos e disponibilização de leitos hospitalares, tanto no setor público quanto no setor privado.</p>	<p>Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva</p>

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
CIDADANIA, DIREITO DE TODOS	<p>O registro dos povos indígenas é o foco do programa Cidadania, direito de todos. Inicialmente serão registrados os índios que residem perto dos centros urbanos. O programa contempla o trabalho que vem sendo realizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) na busca da atualização do Registro Administrativo Nacional do Índio (Rani). Para a execução do programa, a Funai está levantando o número de indígenas sem o registro de nascimento nas cidades brasileiras. O registro civil de nascimento é o primeiro passo para a obtenção dos direitos decorrentes da cidadania, mas é um documento facultativo aos indígenas. Após a efetivação do registro, o CNJ pretende, em parceria com os órgãos estaduais, federais ou de representação dos registradores, conceder aos indígenas o documento de identidade, a Carteira de Trabalho e dar orientações quanto aos direitos previdenciários. Já foram realizados 2 mutirões, com a participação do Conselheiro Ney José de Freitas: em Aquidauana/MS e Manaus e São Gabriel da Cachoeira/AM</p>	<p>Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva</p>
PRONECTI	<p>O Programa Nacional de Educação Corporativa em TI (PronecTI), tem o objetivo de gerar oportunidade de treinamentos a servidores de diversos órgãos do Judiciário. Desse modo, seriam gerados conhecimentos chaves para o aprimoramento da atuação técnica e para a construção de soluções que envolvam as áreas de TI. Os servidores do judiciário lotados em unidades cujas atribuições relativas a TI são estratégicas nos respectivos órgãos, precisam de capacitação em competências essenciais para elevar o nível de desempenho e, também, formar rede de relacionamentos para o compartilhamento e a disseminação dos conhecimentos. O PronecTI é direcionado à implementação de ações de treinamento em competências consideradas essenciais para o aprimoramento da prestação jurisdicional do Poder Judiciário. Os cursos são presenciais, preferencialmente em Brasília, para explanação de conceitos avançados; demonstração de recursos e funcionalidades em aulas teóricas; aulas práticas desenvolvidas em laboratório de informática e discussões de estudos de casos.</p>	<p>Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Conselheiros, Magistrados e Servidores</p>

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
PAI PRESENTE	O direito à paternidade é garantido pelo artigo 226, inciso 7º, da Constituição Federal de 1988. O programa Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça, objetiva estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro. A declaração de paternidade pode ser feita espontaneamente pelo pai ou solicitada por mãe e filho. Em ambos os casos, é preciso comparecer ao cartório de registro civil mais próximo do domicílio para dar início ao processo. A iniciativa busca aproveitar os 7.324 cartórios com competência para registro civil do país, existente em muitas localidades onde não há unidade da Justiça ou postos do Ministério Público (MP), para dar início ao reconhecimento de paternidade tardia. A partir da indicação do suposto pai, feita pela mãe ou filho maior de 18 anos, as informações são encaminhadas ao juiz responsável. Este, por sua vez, vai localizar e intimar o suposto pai para que se manifeste quanto a paternidade, ou tomar as providências necessárias para dar início à ação investigatória.	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva
EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA	Conferir efetividade à Lei 11.340/06. Anualmente são desenvolvidas as Jornadas Lei Maria da Penha (no ano de 2012 foi realizada a 6ª). Foi criado um fórum permanente de discussão para aperfeiçoamento das atividades, composto principalmente por magistrados, a partir da exigência, contida na Resolução n. 128, de que os Tribunais criem Coordenadorias de Violência Doméstica. Os objetivos do projeto, para o ano de 2012, são: a) elaborar um mapa estatístico dos processos e medidas preventivas existentes nos Tribunais; b) fortalecer o trabalho das Coordenadorias; c) fortalecer as parcerias interinstitucionais do Poder Judiciário com outros Poderes, em especial o Executivo, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva
COMEÇAR DE NOVO	O Começar de Novo visa à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para que forneçam postos de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário. O objetivo do programa é promover a cidadania e consequentemente reduzir a reincidência de crimes. Para tanto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o Portal de Oportunidades. Trata-se de página na internet que reúne as vagas de trabalho e cursos de capacitação oferecidos para presos e egressos do sistema carcerário. As oportunidades são oferecidas tanto por instituições públicas como entidades privadas, que são responsáveis por atualizar o Portal.	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	Resolução 101, de 15 de dezembro de 2009. Adotar como política institucional do Poder Judiciário na execução das penas e medidas alternativas à prisão o modelo descentralizado de monitoramento psicossocial, mediante a aplicação conjunta ou isolada em cada Tribunal, de acordo com as peculiaridades locais. CONSIDERANDO a necessidade de atender a essa demanda jurisdicional de modo mais objetivo, uniforme, coordenado e eficiente, CONSIDERANDO a tarefa constitucional do Conselho Nacional de Justiça como órgão de planejamento do Poder Judiciário,	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva
PRONAME - PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL	Em dezembro de 2008 foram lançadas as bases do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname). O Programa tem como finalidade implementar uma política de gestão documental que atenda às peculiaridades do Poder Judiciário Brasileiro. A integração dos tribunais, por meio do Fórum de Gestão Documental, a padronização dos processos de trabalho, por meio das Tabelas de Temporalidade de Documentos Unificados do Poder Judiciário (TTDU) e manuais de gestão documental e a preservação e divulgação dos documentos de valor histórico, por meio do programa de memória do Poder Judiciário, são os principais objetivos do Proname. Para a execução das ações do Proname, foi instituído pela portaria nº 616, de 10 de setembro de 2009, o Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário, o qual conta com representantes de todos segmentos do Poder Judiciário. Entre as competências do comitê, estão a elaboração de normas e instrumentos de gestão que irão auxiliar na implementação do Proname, e a proposição e apoio a realização de treinamentos para os servidores que atuam nas unidades de gestão documental.	Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do judiciário
IMPLANTAÇÃO DA PRÓPRIA INFRAESTRUTURA DO CNJ	Obter independência da infraestrutura do STF com as aquisições previstas para 2010	Garantir a infraestrutura apropriada às suas atividades
6º - ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO	Avaliar a estratégia nacional	Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do judiciário

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
MANUAL DE ROTINAS	Esta ação tem por finalidade criar um Manual composto pelos principais processos de trabalho do CNJ, à parte do atual Manual de Organização. Com essa divisão, espera-se dar maior agilidade e independência nas atualizações. Tendo em vista que os fluxos não foram atualizados desde 2010, torna-se premente essa atualização.	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos
SISTEMA INFOJURIS	Catalogar os precedentes do CNJ, formando um banco de dados unificado sobre as decisões exaradas. Houve alteração do layout do sistema e sua vinculação à base do e-cnj.	
CADASTRO NACIONAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	Aglutinar as informações referentes aos adolescentes envolvidos na prática de atos infracionais, estejam ou não em cumprimento de medida socioeducativa.	Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do judiciário
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJe)	O Processo Judicial Eletrônico (PJe), sistema de informática desenvolvido pelo CNJ em parceria com os tribunais para a automação do Judiciário, foi lançado oficialmente em 21 de junho de 2011 pelo ministro Cezar Peluso, presidente do CNJ. No dia seguinte (22/06), presidentes de tribunais de todo o país participaram de uma apresentação detalhada do sistema e receberam um manual para auxiliar os técnicos na instalação dos software. O evento foi transmitido ao vivo pelo portal do CNJ e contou com 1.315 acessos, sendo 135 simultâneos. Além disso, 32 tribunais retransmitiram a apresentação via streaming aos seus servidores. O sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) é um software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros. O objetivo principal do CNJ é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial	Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário
IMPLANTAÇÃO DO SIRC - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL	Iniciativa conjunta com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, com a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, com o Ministério da Previdência Social e com a ARPEN – Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Brasil. Realização de estudos e desenvolvimento do programa informatizado específico.	Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário
CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS	O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) visa consolidar as informações de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar no país.	Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do judiciário

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
JUSTIÇA ABERTA	Tendo em vista que uma das metas prioritárias da Corregedoria Nacional de Justiça é diagnosticar e acompanhar a realidade do Poder Judiciário, em setembro de 2007 foi implantado o programa "Justiça Aberta". O programa Justiça Aberta é composto por três sistemas: 1. "Sistema de Informações da Corregedoria - Serventias Extrajudiciais; 2. "Sistema de Informações da Corregedoria - Serventias Judiciais de 1º grau" e 3. "Sistema de Informações da Corregedoria - Serventias Judiciais de 2º grau". O sistema facilita o acesso dos cidadãos a informações sobre a localização de unidades judiciais e extrajudiciais e sobre relatórios de produtividade dos magistrados e respectivas secretarias.	Aprimorar a comunicação com públicos externos
SISTEMA GEOPRESÍDIOS	A ferramenta Geopresídios, que trabalha as informações prestadas pelos magistrados por força da Resolução n. 47/2007 (Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos penais pelos juízes de execução criminal), está na fase de testes	Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do judiciário
CADASTRO NACIONAL DE AÇÕES COLETIVAS	Cadastro de ações coletivas, inquéritos civis e termos de ajustamento de conduta.	Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário
MUTIRÃO CARCERÁRIO	Em síntese, o propósito do mutirão carcerário é fazer um relato do funcionamento do sistema de justiça criminal, revisar as prisões, implantar o Projeto Começar de Novo e, ao final, no relatório dos trabalhos, são feitas proposições destinadas aos órgãos que compõem o sistema de justiça criminal, visando ao seu aperfeiçoamento. A linha de atuação nos mutirões carcerários assenta-se em três eixos bem definidos, quais sejam: a) efetividade da justiça criminal - diagnóstico das varas criminais e de execução penal; b) garantia do devido processo legal - revisão das prisões; c) reinserção social - Projeto Começar de Novo. Problemas de toda ordem são evidenciados nos mutirões, casos de penas vencidas, concessão de livramento condicional e progressão de regime. Com relação à qualidade do encarceramento, os relatórios dos mutirões relatam péssimas condições de saúde e tais irregularidades não podem ser imputadas a apenas um órgão, mas a todos que compõem o sistema de justiça criminal.	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
FÓRUM DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	O Fórum de Assuntos Fundiários, instituído pela Resolução n. 110, de 6 de abril de 2010, destina-se ao monitoramento das ações e à resolução de questões que tenham por objeto assuntos de natureza fundiária, conflituosas ou não, que "possam colocar em risco a segurança no campo e nas cidades ou exijam ações concretas para assegurar o acesso à moradia digna e à distribuição da propriedade rural" (artigo 1º da Resolução)	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva
GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	A atividade de Gestão Socioambiental, dentro do Departamento de Pesquisas Judiciárias, é desenvolvida a partir de consultas, pesquisas, levantamentos de dados e monitoramento das ações socioambientais, desenvolvidas pelos Tribunais relacionados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal de 1988, a saber, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais do Trabalho, Tribunais Eleitorais, Tribunais Militares e Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios. O Artigo 225 da referida Constituição trata exclusivamente da questão ambiental, mencionando que todos têm direitos e deveres com relação ao meio ambiente. Sendo assim, cabe ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a adoção de políticas públicas de âmbito nacional, em prol da melhoria da prestação jurisdicional e do efetivo cumprimento da Carta Constitucional por parte dos administradores da Justiça.	
CNJ ACADÊMICO	O CNJ Acadêmico visa promover a realização e a divulgação de pesquisas científicas em áreas de interesse prioritário para o Poder Judiciário, por meio do incentivo aos programas de pós-graduação das principais universidades brasileiras. Para a implementação do CNJ Acadêmico o DPJ firmou termo de cooperação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o objetivo de viabilizar a concessão do auxílio financeiro aos alunos regularmente matriculados em cursos de mestrado e doutorado que optem por desenvolver suas dissertações e teses nos temas prioritários para o Judiciário.	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	Consolidar informações sobre os bens apreendidos em procedimentos criminais no âmbito do Poder Judiciário	Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do judiciário
SISTEMA DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS	Banco de dados de caráter nacional a ser alimentado pelo Tribunais descritos nos incisos II a VII do Art. 92 da CF/88 para recebimento dos Precatórios dos Tribunais através do serviço de servservice	

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	Esta ação tem por finalidade a proposição de ajustes finos na estrutura organizacional, com vistas à padronização das estruturas e melhor denominação das unidades	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos
REGULAMENTAÇÃO DAS CUSTAS JUDICIAIS NO JUDICIÁRIO	Eventual proposta legislativa ou Recomendação para o padronização da cobrança de custas judiciais no Judiciário	Garantir a conformidade aos Princípios Constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário
PROJETO EFICIÊNCIA	Não informado	

3.1.2 Novas iniciativas

Em que pese a inexistência de normatização para a tramitação das iniciativas estratégicas, as novas iniciativas propostas a partir de abril/2012 passaram a seguir uma tramitação que permitisse a identificação e o registro de informações mínimas, tais como recursos necessários, responsáveis, objetivos, resultados a serem alcançados e o alinhamento estratégico.

Uma vez documentadas, as propostas são encaminhadas aos envolvidos para que se manifestem sobre a viabilidade e disponibilidade em atender às demandas decorrentes da execução da iniciativa a fim de, então, submetê-la a aprovação superior.

Essas iniciativas estão elencadas na tabela a seguir:

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
JORNAL DE JUSTIÇA	Publicação impressa, dirigida a gestores do Judiciário, jornalistas e autoridades do setor público.	Aprimorar a comunicação com públicos externos
UMA SENTENÇA, UMA ÁRVORE	Promover a mobilização institucional e social necessária para a promoção do reflorestamento de áreas degradadas como meio para a minoração dos impactos ambientais causados pela manutenção das atividades ordinárias do Poder Judiciário e de seus parceiros.	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva
PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS	Prêmio CNJ para servidores, magistrados e Tribunais que desenvolvem projetos destinados a crianças e adolescentes.	Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais
PORTALZINHO DO CNJ	Desenvolvimento de um portal do CNJ dedicado ao público infanto-juvenil - com linguagem, metodologia e conteúdo apropriados para este grupo vulnerável da sociedade brasileira - facilitará a aproximação deste conjunto de brasileiros com o Poder Judiciário e com o Conselho Nacional de Justiça.	Aprimorar a comunicação com públicos externos” e “Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva”
JUSTIÇA NA ESCOLA	Ação de cunho social que pretende envolver, de forma voluntária, os magistrados em ações de enfrentamento do bullying, de combate ao abuso sexual contra criança e adolescentes, drogas (...), entre outras questões comuns no convívio sociofamiliar de crianças e adolescentes.	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva
REGATE DA CIDADANIA DAS PESSOAS IDOSAS RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS – ILPI	Propõe ações voltadas para assegurar a garantia dos direitos previdenciários e sociais previstos aos idosos, residentes em instituições de longa permanência.	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva
REGATE DA CIDADANIA DAS PESSOAS MORADORES EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS	Projeto que propõe ações voltadas para assegurar a garantia dos direitos previdenciários e sociais de prestação continuada para pessoas com transtorno mentais que estejam submetidas à internação em clínicas e hospitais psiquiátricos.	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva

Nome da Iniciativa	Descrição	Alinhamento Estratégico
AGENDA LEGISLATIVA DO JUDICIÁRIO	O objetivo do projeto é a publicação anual de uma agenda, contendo os principais projetos em tramitação no Congresso Nacional de interesse do Judiciário.	“Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições” e “Aprimorar a comunicação com públicos externos”.
CURSO DE GESTÃO DE VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE	A iniciativa visa a colaborar para o aperfeiçoamento dos serviços prestados na área de infância e juventude com capacitação, treinamento e motivação dos servidores que atuam nessas áreas	“Fomentar a interação e troca de experiências entre os Tribunais” e “Desenvolver conhecimento, habilidades e atitudes dos Conselheiros, Magistrados e Servidores”
PUBLICAÇÕES ESPECIAIS	Projeto tem como objetivo definir a produção de livros, cartilhas, relatórios e balanços, previamente agendados.	-
PROJETO MUTIRÃO PARA ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	A iniciativa se propõe a realizar mutirão para acelerar as adoções de crianças e adolescentes no País.	“Facilitar o acesso à Justiça” e “Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva”

4. ORÇAMENTO

4.1. ORÇAMENTO

AÇÃO		
PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES	PESSOAL E BENEFÍCIOS
02.122.1389.20TP.0001	048693	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO
02.122.1389.09HB.0001	030654	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
02.306.1389.2012.0001	030669	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
02.331.1389.2011.0001	030670	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
02.365.1389.2010.0001	030671	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESE EMPREGADOS
02.301.1389.2004.0001	030672	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES
02.122.0909.0c04.0001	042301	CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES -PESSOAL ATIVO
02.122.0909.00h7.0001	042300	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DA CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES
PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES	ATIVIDADES
02.032.1389.2B65.0001	030698	APRECIACÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES E ADMINISTRATIVOS
02.131.1389.2549.0001	030703	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL
02.032.1389.2B66.0001	030699	COORDENAÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA NO PODER JUDICIÁRIO
02.128.1389.4091.0001	030702	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES	PROJETOS
02.126.1389.11E6.0001	030701	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NO PODER JUDICIÁRIO (E-JUS)
02.126.1389.1k27.0001	030700	MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA (NACIONAL)
02.126.1389.1k27.0056	049022	MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA (MATO GROSSO)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - EXERCÍCIO 2012

Programática	Descrição do Programa / Ação	GND		Proposta Orçamentária	Alterações	Lei Orçamentária Aprovada
1389	CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO			221.170.793	14.672.191	235.842.984
1389.00H1.001	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.319.383	0	18.319.383
1389.09HB.001	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.632.387	0	1.632.387
1389.11E6.001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NO PODER JUDICIÁRIO (E-JUS)	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.434.500	0	42.434.500
		4	INVESTIMENTOS	53.092.500	0	53.092.500
1389.1k27.001	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.600.000	1.877.997	17.477.997
		4	INVESTIMENTOS	27.000.000	12.794.194	39.794.194
1389.2004.001	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	844.968	0	844.968
1389.2010.001	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESE EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	199.188	0	199.188
1389.2011.001	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.664	0	17.664
1389.2012.001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.116.120	0	1.116.120
1389.2549.001	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.000.000	0	9.000.000
1389.2B65.001	APRECIÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.377.424	0	32.377.424
		4	INVESTIMENTOS	2.122.576	0	2.122.576
1389.2B66.001	COORDENAÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA NO PODER JUDICIÁRIO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.940.000	0	3.940.000

		4	INVESTIMENTOS	60.000	0	60.000
1389.4091.001	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.000	0	1.500.000
0909.00H7.001	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DA CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.535.224	0	1.535.224
0909.0c04.001	CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES -PESSOAL ATIVO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.378.859	0	10.378.859

Fonte: Siafi



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

		Item de Informação				Crédito Pré-	Despesas		Crédito
Projeto/Atividade	Grupo de Despesa	Dotação Inicial	Contingenciado	Dotação Líquida	Empenhado	Empenhadas	Valores Pagos	Disponível	
00H7	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO (CRIAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES)	1.535.224,00							
	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS								
00LF	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER JUDICIÁRIO			25.000,00				25.000,00	
	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS								
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1.632.387,00		3.167.611,00		1.117.495,43	1.117.495,43	2.050.115,57	
	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS								
0C04	CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES	10.378.859,00							
	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS								
11E6	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICCIONAL NO PODER JUDICIÁRIO (E-JUS)	42.434.500,00		19.709.181,00	1.408.116,35	10.880.235,37	5.837.166,78	7.087.057,84	
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
	4 INVESTIMENTOS	53.092.500,00	4.930.208,00	11.533.026,00		1.573.576,00	1.186.069,20	8.956.516,28	
1K27	MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA	39.794.194,00	523.699,00	39.270.495,00	2.883.431,92	12.716.568,08	6.958.247,81	1.877.997,00	
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
	4 INVESTIMENTOS					26.713.366,88		12.557.128,12	
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	844.968,00		844.968,00		362.325,65	362.325,65	482.642,35	
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES	199.188,00		199.188,00		142.601,58	142.601,58	56.586,42	
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	17.664,00		17.664,00		11.523,66	11.523,66	6.140,34	
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	1.116.120,00		1.116.120,00		950.448,34	950.448,34	165.671,66	
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	18.319.383,00		28.698.242,00		15.887.935,69	15.887.935,69	12.810.306,31	
	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS								
2549	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	9.000.000,00		9.000.000,00	1.186.879,09	7.130.668,96	3.710.402,87	682.451,95	
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
2B65	APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES E ADMINISTRATIVOS	32.377.424,00		32.377.424,00	3.533.516,14	25.765.365,10	15.922.407,67	2.460.261,43	
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
	4 INVESTIMENTOS	2.122.576,00		2.122.576,00	317.315,52	1.780.619,70	1.446.251,46	24.640,78	
2B66	COORDENAÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA NO PODER JUDICIÁRIO	3.940.000,00		3.937.120,00				2.296.350,00	
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
	4 INVESTIMENTOS	60.000,00		62.880,00				2.880,00	
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.500.000,00		1.500.000,00	302.276,44	1.180.770,16	414.400,02	4.230,20	
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
Total:		235.842.984,00	5.453.907,00	171.059.492,00	9.631.535,46	106.213.500,60	53.947.276,16	51.545.976,31	

Fonte: SIAFI GERENCIAL(15/10/2012)

5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estrutura definida pela Portaria nº 55, de 19 de abril de 2012

Dados atualizados até 15.10.2012

PRESIDÊNCIA

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Presidência	CJ-2	Chefe de Gabinete	Karima Batista Kassab
	CJ-2	Assessor II	Marley Elyσιο dos Santos

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Secretaria de Controle Interno	CJ-3	Secretário	Salatiel Gomes dos Santos
	FC-4	Assistente IV	Andréa Ramos de Lira
Coordenadoria de Auditoria	CJ-1	Coordenador	Juliana Milagres de Loyola Fleury
	FC-4	Assistente IV	Cristianna Duarte Fernandes
Seção de Auditoria Interna	FC-6	Chefe de Seção	Renata Lícia Gonçalves de Santana Alves
Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão	CJ-1	Coordenador	Wladimir Azevedo Caetano
	FC-4	Assistente IV	Maria Andrea Vasconcellos Pitanga da Silveira
Seção de Acompanhamento da Execução Contratual	FC-6	Chefe de Seção	Evandro Silva Gomes

OUVIDORIA

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Ouvidoria	CJ-2	Chefe de Gabinete	Cristiana Gontijo Bastos

SECRETARIA-GERAL

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Secretaria-Geral	CJ-3	Assessor-Chefe	Emília Maria Rodrigues da Silva
	CJ-2	Assessor II	Renata Gonçalves Pereira Guerra Pouso
	CJ-2	Assessor II	Paulo Ramalho Pessoa de Andrade Campos Neto

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Departamento de Pesquisas Judiciárias	CJ-3	Diretor Executivo	Janaina Lima Penalva da Silva
	CJ-3	Diretor de Projetos	Fernanda Paixão Araújo Pinto
	CJ-3	Diretor Técnico	Rondon de Andrade Porto
	CJ-2	Pesquisador	Daniel Augusto Vila-Nova Gomes
	CJ-2	Pesquisador	Ana Paula Antunes Martins
	CJ-2	Pesquisador	Ganem Amiden Neto
	CJ-2	Pesquisador	Santiago Falluh Varella
	FC-6	Oficial de Gabinete	Lilian Januzzi Vilas Boas
	FC-6	Oficial de Gabinete	Gabriela Moreira de Azevedo Soares
	FC-6	Oficial de Gabinete	Igor Tadeu Silva Viana Stemler
	FC-5	Assistente V	Ricardo Marques Rosa
	FC-5	Assistente V	Carlos Alberto De Araújo Soares Júnior
	FC-5	Assistente V	Pedro Henrique de Pádua Amorim

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas	CJ-3	Assessor III	Silvia Knopf Fraga
	FC-6	Supervisor	Everton Patrocínio Bernar
	FC-6	Supervisor	Aline Ribeiro de Mendonça
	FC-6	Supervisor	Paulo Marcio Arevalo do Amaral
	FC-5	Assistente V	Rogério da Silva Saldanha
	FC-5	Assistente V	Glauber Barbosa Lopes
	FC-5	Assistente V	Vago

CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário	CJ-2	Chefe do CEAJUD	Diogo Albuquerque Ferreira
	FC-4	Assistente IV	Daniela de Macedo Britto Ribeiro Trindade de Sousa

SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Secretaria de Cerimonial e Eventos	CJ-3	Secretário	Ana Teresa Perez Costa
	CJ-1	Assessor I	Flávia Somorovski Torres
Seção de Cerimonial	FC-6	Chefe de Seção	Lúcia Andreyra Chaves Moraes Lisboa
Seção de Eventos	FC-6	Chefe de Seção	Vago

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Secretaria de Comunicação Social	CJ-3	Secretário	Marcone Gonçalves dos Santos
Coordenadoria de Comunicação Institucional	CJ-1	Coordenador	Tarso de Oliveira Rocha
Coordenadoria de Imprensa	CJ-1	Coordenador	Maísa Moura

SECRETARIA PROCESSUAL

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Secretaria Processual	CJ-3	Secretário	Mariana Silva Campos Dutra
Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição	CJ-1	Coordenador	Patrícia Bizzetto
Seção de Protocolo e Digitalização	FC-6	Chefe de Seção	Iraneide Pereira de Almeida
Seção de Autuação e Distribuição	FC-6	Chefe de Seção	Vanessa Valadão do Nascimento Antunes
Coordenadoria de Processamento de Feitos	CJ-1	Coordenador	Carla Fabiane Abreu Aranha
Seção de Apoio ao Plenário	FC-6	Chefe de Seção	Thawyo Wanderley Brandão Rosenthal
Seção de Processamento	FC-6	Chefe de Seção	Aeda Valle Cavalcante
Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações	FC-6	Chefe de Seção	Silmara Christiane Souza Silva
Seção de Acompanhamento das Decisões	FC-6	Chefe de Seção	Sandra de Oliveira Carvalho
Seção de Jurisprudência	FC-6	Chefe de Seção	Leide Maria Soares Corrêa Cesar

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Departamento de Gestão Estratégica	CJ-3	Diretor de Departamento	Ivan Gomes Bonifácio
	FC-5	Assistente V	Davi Alvarenga Balduino Ala
Divisão de Gestão Estratégica e Projetos	CJ-2	Chefe de Divisão	Rita de Cássia Smaniotto Landim
	FC-5	Assistente V	Fabiana Andrade Gomes
Seção de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação	FC-6	Chefe de Seção	José Francisco Alves
Seção de Gerenciamento de Projetos	FC-6	Chefe de Seção	Hélio Carlos Gomes Silva
Divisão de Organização e Normatização	CJ-2	Chefe de Divisão	Karina Yoshimura Alvarenga
Seção de Gestão de Processos	FC-6	Chefe de Seção	Benildo Marais Santos
Seção de Normatização	FC-6	Chefe de Seção	Adilson Medeiros da Silva

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Departamento de Acompanhamento Orçamentário	CJ-3	Diretor de Departamento	Antonio Carlos Stangherlin Rebelo
Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário da União	CJ-1	Coordenador	Maurélio Ferreira
Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário da União	FC-6	Chefe de Seção	Daniel Gerheim Souza Dias
Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário Estadual	CJ-1	Coordenador	Jorge Luiz Manfroi
Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário Estadual	FC-6	Chefe de Seção	Mônica David de Sousa

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Departamento de Tecnologia da Informação	CJ-3	Diretor de Departamento	Marcelo Laureano Lúcio
Divisão de Políticas de Tecnologia da Informação	CJ-2	Chefe de Divisão	Bento Gomes Barbosa Júnio
Seção de Gestão de Projetos de Tecnologia da Informação	FC-6	Chefe de Seção	Deusdete Alves Paixão
Coordenadoria de Gestão de Sistemas	CJ-1	Coordenador	Daniel Castro Machado Miranda
Seção de Gestão de Sistemas Operacionais	FC-6	Chefe de Seção	Antônio Augusto Silva Martins
Seção de Sistemas Administrativos	FC-6	Chefe de Seção	Alan Morato
Seção de Sistema de Processamento Judiciário	FC-6	Chefe de Seção	Thiago de Andrade Vieira
Seção de Sistemas Nacionais	FC-6	Chefe de Seção	Glauber Scorsatto
Seção de Sistemas de Apoio	FC-6	Chefe de Seção	Alex Ribeiro de Oliveira
Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura	CJ-1	Coordenador	Francisco Gonçalves de Araújo Filho
Seção de Banco e de Administração de Dados	FC-6	Chefe de Seção	Alessandro Guimarães Barbosa
Seção de Administração de Redes	FC-6	Chefe de Seção	Pedro Bergamaschi Val
Seção de Administração de Segurança de TI	FC-6	Chefe de Seção	Vago
Seção de Atendimento ao Usuário	FC-6	Chefe de Seção	Roberto Marquez Bittencourt
Seção de Gerência de Hardware e Software	FC-6	Chefe de Seção	Denilson de Lucena Matos
Seção de Gerência de Soluções de Incidentes de Programas e Sistemas Nacionais	FC-6	Chefe de Seção	Otávio Nery Cipriani

DIRETORIA-GERAL

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Diretoria-Geral	CJ-4	Diretor-Geral	Miguel Augusto Fonseca de Campos
Gabinete do Diretor-Geral	CJ-1	Assessor I	Luciana Cristina Gomes Matias
	FC-6	Assistente VI	Vânia Alves de Souza
	FC-4	Assistente IV	Maria Lucia Ramos Ventura Lagasse
Seção de Passagens e Diárias	FC-6	Chefe de Seção	Alessandra Cristina de Jesus Teixeira

NÚCLEO DE SUPORTE LOGÍSTICO E SEGURANÇA

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Núcleo de Suporte Logístico e Segurança	CJ-1	Chefe de Núcleo	Luiz Paulo do Nascimento Neto
Seção de Suporte Logístico aos Conselheiros e Juízes	FC-6	Chefe de Seção	Marcos Antonio Avelino de Castro
Seção de Segurança e Transportes	FC-6	Chefe de Seção	Aerton Sandro dos Santos Carvalho

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Comissão Permanente de Licitação	CJ-2	Presidente da CPL	Getúlio Vaz
Seção de Elaboração de Editais	FC-6	Chefe de Seção	Jorge Henrique Meneses Mendes
Seção de Licitações	FC-6	Chefe de Seção	Baruc Machado Gama

ASSESSORIA JURÍDICA

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Assessoria Jurídica	CJ-3	Assessor-Chefe	Flávio Grucci Silva
	FC-6	Assistente VI	Aline Luiz dos Santos
	FC-6	Assistente VI	Ricardo Paz de Lima Araújo
	FC-6	Assistente VI	Juliane Bianchi de Lellis e Silva

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Secretaria de Administração	CJ-3	Secretário	Sérgio José Américo Pedreira
	FC-4	Assistente IV	Giovanna Gabriela do Vale Vasconcelos
Seção de Material e Patrimônio	FC-6	Chefe de Seção	Sílvia Maria Guapindaia Peixoto
Seção de Compras	FC-6	Chefe de Seção	Rossilany Marques Mota
Seção de Gestão de Contratos	FC-6	Chefe de Seção	Juvenil Lara Filho
Seção de Almoxarifado	FC-6	Chefe de Seção	Suzana Batista dos Santos
Seção de Manutenção Predial e Arquitetura	FC-6	Chefe de Seção	Alberto Quenzi Itano
Seção de Serviços Gerais	FC-6	Chefe de Seção	Karlla Silene Lima da Cunha

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Secretaria de Orçamento e Finanças	CJ-3	Secretário	Wernne Pereira e Silva
Seção de Contabilidade	FC-6	Chefe de Seção	Marcia Cristina Oliveira Fonseca Franklin
Seção de Análise e Liquidação	FC-6	Chefe de Seção	Alexandre Sales de Oliveira
Seção de Planejamento Orçamentário	FC-6	Chefe de Seção	Eduardo Campos Gomes
Seção de Execução Orçamentária e Financeira	FC-6	Chefe de Seção	Eudes Milhomem de Sousa

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Unidade	Nível	Denominação	Ocupante
Secretaria de Gestão de Pessoas	CJ-3	Secretário	Selma Vera Cruz Mazzaro
Seção de Registros Funcionais	FC-6	Chefe de Seção	Flávia Mara Oliveira dos Santos
Seção de Benefícios	FC-6	Chefe de Seção	Stanlei Carvalho Silva
Seção de Legislação	FC-6	Chefe de Seção	Flávia Lima de Almeida
Seção de Seleção e Gestão de Desempenho	FC-6	Chefe de Seção	Antônio Mário Lúcio de Oliveira Junior
Seção de Educação Corporativa	FC-6	Chefe de Seção	Eva Matos Pinho
Seção de Pagamento	FC-6	Chefe de Seção	Bruno Alessandro Damasceno dos Anjos

6. CONTRATOS EM VIGOR

CONTRATO	PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR INICIAL DO CONTRATO (R\$)	VALOR ATUAL DO CONTRATO (R\$)	DISCRIMINAÇÃO DO VALOR	VENCIMENTO
2008/01	332.354	Itautec	Fornecimento de estações de trabalho – microcomputadores com gerenciamento remoto para uso corporativo	745.500,00	745.500,00	R\$ 745.500,00	28/10/2012
2008/18	333.021	BRASIL TELECOM S/A	prestação de serviços de teleprocessamento por meio de dois links redundantes para transmissão de dados com velocidade mínima de 100Mbps (Megabits por segundo).	223.980,00	223.980,00	R\$ 18.665,00 (MENSAL) e R\$ 223.980,00 (ANUAL)	12/01/2013
2008/28	333.349	LTA RH Informática e Comércio Representações Ltda.	Aquisição de computadores servidores (sem sistema operacional), incluindo os serviços de instalação, configuração, suporte técnicos “on site” e garantia	16.506.000,00	18.864.000,00	R\$ 18.864.000,00	Até o TRD (garantia de 36 meses do TRD)

2008/46	333.298	CLIP & CLIPPING COMUNICAÇÃO LTDA	Prestação de serviços especializados no monitoramento e digitalização de notícias televisivas de interesse do CONTRATANTE, veiculadas nas principais capitais do Brasil, visando a análise e o acompanhamento destas	244.992,00	267.755,90	R\$ 22.312,99 (MENSAL) e R\$ 267.755,90 (ANUAL)	19/12/2013 (prorrogável no máximo até 19/12/2014)
2008/47	333.292	CAST INFORMÁTICA S/A	Prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico de licenças do Business Objects Enterprise Professional XI Release 2 e do Business Objects Web Intelligence (itens 1 e 2 do Pregão Eletrônico nº 30/2008)	11.898,00	11.898,00	R\$ 11.898,00	09/05/2013
2008/48	333.292	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico do software GeoGestão Business Server – versão 4.0 (item 3 – Pregão Eletrônico nº 30/2008)	215.000,00	215.000,00	R\$ 215.000,00 (ANUAL)	29/12/2012
2009/01	333.295	MYCLIPP SERVIÇOS E INFORMAÇÕES LTDA	Prestação de serviços de clipping "on line"	135.799,92	135.799,92	R\$ 11.316,66 (MENSAL) e R\$ 135.799,92 (ANUAL)	21/01/2013

2009/06	344.559	BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de auxiliar de estocagem	91.222,83	162.572,17	R\$ 13.547,68 (mensal) e 162.572,17 (ANUAL)	12/01/2014
2009/07	333.292	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de suporte técnico à utilização, desenvolvimento e operação assistida do módulo de geoprocessamento da solução de gestão (item 4 – Pregão Eletrônico nº 30/2008)	298.980,00	298.980,00	R\$ 298.980,00 (ANUAL)	02/01/2013
2009/08	333.292	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de suporte técnico à utilização, desenvolvimento e operação assistida do módulo de Business Intelligence da solução de gestão (Item 5 – Pregão Eletrônico nº 30/2008)	288.270,00	360.337,50	R\$ 72.067,50 (MENSAL) e R\$ 360.337,50 (ANUAL)	02/01/2013
2009/11	334.612	SA CORREIO BRAZILIENSE	Prestação de serviços de publicação de atos relativos a licitações e de outras matérias de interesse do CNJ	32.578,50	40.005,00	R\$ 40.005,00 (ANUAL)	01/07/2013

2009/14	332.900	THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A	Prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de 02 (dois) elevadores elétricos do edifício cedido pelo TST, localizado no Setor de Abastecimento Norte – SAAN, Quadra 03, Lote 915	2.998,00	3.397,95	R\$ 377,55 (mensal) e 3.397,95 (9 MESES)	08/12/2012
2009/19	336.759	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DF - FUNAP	a prestação de serviços, pela CONTRATADA, relacionados à disponibilização de mão-de-obra de reeducandos do Sistema Prisional do Distrito Federal	130.020,00	139.545,36	R\$ 11.628,78 (mensal) e 139.545,36 (ANUAL)	23/06/2013
2009/27	336.023	ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Licenciamento da Base de dados comercial do DNE – Diretório Nacional de Endereços, pela ECT ao CONTRATANTE, para uso não-exclusivo	6.050,00	4.833,95	R\$ 4.833,95 (ANUAL)	04/10/2012
2009/40	333.851	TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA	Prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de abastecimento de combustíveis dos veículos oficiais do CNJ com tecnologia de cartão eletrônico	179.070,00	179.070,00	R\$ 14.922,50 (mensal) R\$ 179.070,00 (anual)	11/01/2013

2009/42	337.485	ASSEMP GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. - EPP,	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de recepcionista	1.706.390,40	2.571.674,40	R\$ R\$ 214.306,20 (mensal) R\$ 2.571.674,40 (anual)	01/12/2012
2009/53	333.655	LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	Fornecimento, implantação, manutenção e suporte técnico de solução corporativa informatizada de gestão de patrimônio, compras e almoxarifado, com plataforma aberta não proprietária	999.771,10	999.771,10	R\$ 999.771,10 (pagto mediante recebimento definitivo)	29/03/2013 (TRD em 30/3/2010)
2009/56	337.541	LTA RH Informática e Comércio Representações Ltda.	Aquisição de otimizadores de Links WAN	4.169.800,00	4.169.800,00	R\$ 4.169.800,00	8/7/2013; 20/10/2013 e 23/11/2013
2009/57	338.567	Certising Certificadora Digital S.A	prestação de serviço de emissão de certificados digitais, padrão ICP-Brasil	950.000,00	950.000,00	R\$ 950.000,00	Até o Recebimento Definitivo dos 9.500 Certificados
2009/58	337.918	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de solução de armazenamento de dados de alta disponibilidade e de backup, incluindo garantia, treinamento e suporte técnico	3.978.400,00	3.978.400,00	R\$ 3.978.400,00	29/12/2012
2010/02	338.053	BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de condução de veículos oficiais	1.254.913,56	2.286.711,00	R\$ 190.559,25 (MENSAL) e R\$ 2.286.711,00 (anual)	03/03/2013

2010/03	337.330	EUREXPRESS TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA	prestação de serviço, por intermédio de agência de viagens, para a aquisição de passagens aéreas, nacionais e internacionais e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento a ser instalado nas dependências do CNJ, compreendendo serviços de reserva, marcação e emissão de passagens aéreas	2.482.200,00	3.102.750,00	R\$ 3.102.705,00 (anual) (pgto mensal do valor demandado)	22/02/2013
2010/11	335.551	DATA GRAPHICS - VÍDEO CONFERÊNCIA	Aquisição de solução de vídeo-conferência	507.308,98	507.308,98	R\$ 507.308,98	até o TRD. (garantia de 36 meses do trd)
2010/16	337.541	LTA RH INFORMÁTICA E COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA.	Aquisição de computadores servidores, solução de virtualização e serviço de instalação dos equipamentos	2.739.360,00	2.739.360,00	R\$ 2.739.360,00	Até o TRD (garantia de 36 meses do TRD)
2010/18	335.551	DATA GRAPHICS - VÍDEO CONFERÊNCIA	Aquisição de solução de vídeo-conferência	392.326,00	392.326,00	R\$ 392.326,00	Até o TRD (garantia de 36 meses do TRD)
2010/19	335.184	WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de limpeza, higienização, conservação de bens móveis e imóveis nas dependências do CNJ, instaladas no Df	407.121,21	542.469,07	R\$ 45.205,76 (mensal) e R\$ 542.469,07 (anual)	31/05/2013

2010/20	335.184	WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de manutenção em sistemas elétricos nas dependências do CNJ, instaladas no DF	29.524,97	33.948,42	R\$ 2.829,03 (mensal) e R\$ 33.948,42 (anual)	30/11/2012
2010/24	339.725	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP	Prestação de serviços de suporte em tecnologia da informação referente à adm. De sistemas operacionais, banco de dados...	3.577.450,27	4.340.510,23	R\$ 361.709,15 (MENSAL) e R\$ 4.340.510,23 (ANUAL)	09/08/2013
2010/25	341.263	INSTITUTO DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO	Prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento por meio do curso de Administração Judiciária	912.530,00	912.530,00	R\$ 912.530,00	Até o Recebimento Definitivo do objeto
2010/26	337.541	LTA RH INFORMÁTICA E COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA.	Aquisição de gabinetes para computadores servidores e a prestação dos respectivos serviços de instalação	42.820,00	42.820,00	R\$ 42.820,00	Até o TRD (garantia de 36 meses do TRD)
2010/28	340.985	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Prestação de serviços de telefonia móvel especializada - SME	161.002,80	94.872,00	R\$ 7.906,00 (MENSAL) e R\$ 94.872,00 (ANUAL)	18/08/2013

2010/34	335.551	DATA GRAPHICS TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA	Aquisição de solução de videoconferência compreendendo: MCU (Unidade de Controle de Mídia), terminais para sala, gerenciador de chamadas (gatekeeper), servidor de encaminhamento de pedidos SIP (SIP Proxy), unidade de gerência, sistema de gravação e firewa	53.499,99	53.499,99	R\$ 53.499,99	até o TRD, em 25/11/2010 (garantia de 36 meses do trd)
2010/45	338.567	CERTSIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	serviço de emissão de certificados digitais, padrão icp-brasil, como também o fornecimento de cartões inteligentes e leitoras, para armazenamento dos certificados digitais	176.000,00	176.000,00	R\$ 176.000,00	Até o recebimento definitivo (garantia e atualização 3 e 2 anos da emissão do certificado)
2010/46	337.541	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.	Aquisição de gabinetes para computadores servidores e a prestação dos respectivos serviços de instalação	10.705,00	10.705,00	R\$ 10.705,00	até o TRD, em 17/6/2011 (garantia de 36 meses do trd)
2010/47	337.541	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.	Realização de treinamentos para a solução de virtualização de computadores servidores.	75.000,00	75.000,00	R\$ 75.000,00	Até a emissão do recebimento definitivo da última turma

2010/48	339.559	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL	Prestação de serviços de rede WAN para o tráfego de dados, voz e videoconferência entre os órgãos do Poder Judiciário	4.974.181,92	5.203.684,41	R\$ 433.640,36 (MENSAL) e R\$ 5.203.684,41 (ANUAL)	10/11/2012
2010/50	339.928	AMERICEL S.A	Acesso móvel à internet	62.400,00	56.113,20	R\$ 4.676,10 (MENSAL) e R\$ 56.113,20 (ANUAL)	18/12/2012
2010/52	341.482	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.	Computadores servidores	2.502.694,00	2.502.694,00	R\$ 2.502.694,00	até o último TRD, em 11/12/2011 (garantia de 36 meses do trd)
2010/53	342.815	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	Licenças de software de virtualização de computadores (Vmware) (52 unidades)	1.471.935,92	1.471.935,92	R\$ 1.471.935,92	Até o último TRD (garantia e suporte técnico de 36 meses de cada TRD)
2010/54	339.046	MTEL TECNOLOGIA LTDA	Infraestrutura de rede de dados, incluindo equipamentos para datacenter, switches de acesso, treinamento, garantia e suporte	3.654.118,98	3.654.118,98	R\$ 3.654.118,98	Contrato: até o TRD de todo objeto (falta TRD de treinamento). Garantia: 48 meses do TRD da entrega, instalação e configuração. (08/11/2013). Suporte: 12 meses do TRD da entrega,

							instalação e configuração (08/11/2012) (prorrogável)
2010/55	341.820	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S/A	aquisição de solução de armazenamento de dados e multiplexador para san (<i>storage area network</i>), incluindo treinamento e garantia <i>on site</i>	8.218.013,44	8.218.013,44	R\$ 8.218.013,44	Até a emissão do último TRD (garantia de 36 meses do TRD)
2010/57	337.663	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP	Realização de treinamentos oficiais	176.215,00	176.215,00	R\$ 176.215,00	Até a emissão do TRD da última turma
2010/58	341.658	EPSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Aquisição de scanners	8.776.173,37	8.776.173,37	R\$ 8.776.173,37	Até o último TRD (garantia de 36 meses de cada TRD)
2010/59	341.869	ITAUTEC	Aquisição de Microcomputadores	39.736.254,24	39.736.254,24	R\$ 39.736.254,24	Até a emissão do último TRD (garantia de 48 meses)

2010/60	341.870	MICROSOL TECNOLOGIA S.A	Aquisição de NO BREAKS	4.076.625,00	4.076.625,00	R\$ 4.076.625,00	Até o último TRD (garantia de 12 meses de cada trd)
2011/01	342.891	ASSOCIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE SISTEMAS INTEGRÁVEIS TECNOLÓGICO - LSI-TEC	Serviços especializados para: i) especificação de modelo de sistema digital para implantação de sistemas de registro eletrônico destinados aos cartórios de registro de imóveis no Brasil...	727.911,36	727.911,36	R\$ 727.911,36	Até recebimento definitivo, na forma do cronograma (Data da assinatura + 240 dias)
2011/02	338.270	OVERSEE TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. EPP	Prestação de serviços de retransmissão de sinais da TV Plenário do CNJ para a internet	13.500,00	17.600,26	R\$ 1.466,00 (MENSAL) e R\$ 17.600,26 (ANUAL)	31/01//2013
2011/03	342.392	PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de secretariado.	4.199.987,76	6.056.478,80	R\$ 504.706,56 (MENSAL) e R\$ 6.056.478,80 (ANUAL)	13/02/2013
2011/04	341.740	CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de copeiragem	643.981,98	668.082,66	R\$ 55.673,55 (MENSAL) e R\$ 668.082,26 (ANUAL)	30/10/2012

2011/09	341.870	MICROSOL TECNOLOGIA S.A	Aquisição de NO BREAKS	525.525,00	525.525,00	R\$ 525.525,00	Até o último TRD (garantia de 12 meses de cada trd)
2011/10	341.869	ITAUTEC	Aquisição de Microcomputadores	4.611.887,28	4.611.887,28	R\$ 4.611.887,28	Até o último TRD (garantia de 48 meses de cada trd)
2011/11	341.658	EPSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Aquisição de scanners	27.320,65	27.320,65	R\$ 27.320,65	Até o último TRD (garantia de 36 meses de cada TRD)
2011/12	341.412	JOSÉ LIVINO NETO - EPP	Fornecimento por empresa especializada de publicações periódicas (jornais e revistas)	9.008,21	9.550,20	R\$ 795,85 (MENSAL) e R\$ 9.550,20 (ANUAL)	29/03/2013
2011/13	342.381	SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Fornecimento de equipamentos audiovisuais, com serviços de montagem, instalação, treinamento e operação assistida	1.113.000,00	1.113.000,00	R\$ 1.113.000,00	Até o TRD, em 22/12/2011 (garantia de 24 meses do TRD)
2011/15	341.820	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S/A	aquisição de solução de armazenamento de dados e multiplexador para san (<i>storage area network</i>), incluindo treinamento e garantia <i>on site</i>	1.580.387,20	1.580.387,20	R\$ 1.580.387,20	Até o TRD, em 6/10/2011; 29/9/2011; 14/10/2011. (garantia de 36 meses do TRD)

2011/16	342.082	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA	Prestação de serviço de acesso à Internet com velocidade total de 50 Mbps, por meio de dois links full-duplex, com redundância física e lógica, contemplando instalação, suporte técnico e demais serviços e hardwares necessários.	150.000,00	148.860,00	R\$ 148.860,00	03/07/2013
2011/18	341.820	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S/A	Contratação de treinamentos para solução de armazenamento de dados e multiplexador para SAN (Storage Area Network)	121.851,90	121.851,90	R\$ 121.851,90	Até a emissão do último Termo de recebimento definitivo
2011/19	344.560	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	contratação de serviço de manutenção, com suporte técnico e atualização de versões	447.282,40	447.282,40	R\$ 447.282,40	19/10/2013
2011/21	341.482	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.	Aquisição de computadores servidores c/ garantia	534.556,00	534.556,00	R\$ 534.556,00	Até a emissão do último Termo de recebimento definitivo, ressalvada a garantia de 36 meses
2011/23	339.543	TECHNOCOPY SERVICE LTDA - ME	Aquisição de máquinas para cópia/impressão em cor preto e branco e colorida, incluindo assist técnica e garantia	40.490,00	40.490,00	R\$ 40.490,00	Até o TRD - em 16/9/2011 (garantia técnica de 36 mese do trd - até 15/9/2014).

2011/24	344.706	ASC - SERVICE SEGURANÇA LTDA-EPP	Prestação de serviços de vigilância armada e desarmada	842.998,12	1.170.799,84	R\$ 97.566,65 (MENSAL) e R\$ 1.170.799,84 (ANUAL)	14/08/2013
2011/26	342.815	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de licenças de software de virtualização de computadores	314.394,08	314.394,08	R\$ 314.394,08	Até a emissão do TRD, ressalvado a garantia de 36 meses do TRD
2011/27	345.630	INFORLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	Fornecimento de mobiliário	15.709,00	15.709,00	R\$ 15.709,00	Até a emissão do TRD, ressalvado a garantia de 5 anos do TRD
2011/28	343.080	C. DIAS EPP	aquisição, instalação, manutenção e remanejamento de persianas verticais	14.666,16	17.443,20	R\$ 17.443,20	02/10/2012 (garantia 12 meses do TRD)
2011/29	346.247	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	Fornecimento de energia elétrica	300.000,00	300.000,00	R\$ 300.000,00 (p/12 MESES)	15/09/2016
2011/30	346.246	CAESB	abastecimento de água	54.000,00	62.991,00	R\$ 62.991,00	03/10/2014
2011/31	339.046	MTEL TECNOLOGIA LTDA	Infraestrutura de rede de dados, incluindo equipamentos para <i>Datacenter</i> , <i>Switches</i> de acesso, treinamento, garantia e suporte	695.000,00	695.000,00	R\$ 695.000,00	Cont - até o TRD (em 12/3/2012); Garantia - 48 meses do TRD (até 11/3/2014); Suporte Técnico - 12 meses do TRD (até 11/3/2013), prorrogável

2011/32	345.925	PSN TECNOLOGIA LTDA	Fornecimento de produtos McAfee, instalação, configuração, atualização da solução integrada de segurança	15.600,00	15.600,00	R\$ 15.600,00	Contrato, atualizações e suporte até 16/10/2013 (prorrogável por 48 meses). Licença, atualização e suporte não são vendidos separadamente, portanto têm mesmo prazo de vigência.
2011/33	345.677	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	Prestação de serviços e venda de produtos - serviços postais e telemáticos	450.000,00	450.000,00	R\$ 450.000,00	09/11/2012
2011/34	342.151	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	Acelerador Wan	6.890.932,00	6.890.932,00	R\$ 6.890.932,00	Até 36 meses após a emissão do TRD da última solução instalada.
2011/35	341.820	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S.A	Aquisição de solução de armazenamento de dados e multiplexador para san (storage area network), incluindo garantia on site	316.077,44	316.077,44	R\$ 316.077,44	até a emissão do último TRD, salvo garantia de 36 meses do TRD

2011/36	341.820	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S.A	Contratação de treinamentos para solução de armazenamento de dados e multiplexador para SAN (Storage Area Network)	24.370,38	24.370,38	R\$ 24.370,38	até a emissão do último TRD
2011/37	341.482	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.	Aquisição de computadores servidores, com garantia	48.596,00	48.596,00	R\$ 48.596,00	até a emissão do último TRD, ressalvado o período de garantia de 36 meses.
2011/38	345.630	INFORLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	Fornecimento de mobiliário	8.969,74	8.969,74	R\$ 8.969,74	até o recebimento definitivo, ressalvada garantia de 5 anos do TRD
2011/39	345.631	TECNOLINEA INJETADOS PLÁSTICOS LTDA	Fornecimento de mobiliário	33.799,80	33.799,80	R\$ 33.799,80	até o recebimento definitivo - Atesto na NF em 11/1/2012, salvo garantia de 5 anos do recebimento (10/1/2017).

2011/40	342.815	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de licenças de software de virtualização de computadores	28.581,28	28.581,28	R\$ 28.581,28	até a emissão do último TRD, ressalvado o período de garantia de 36 meses.
2011/41	343.555	MODULO SECURITY SOLUTIONS S.A	Aquisição de solução para segurança da informação, módulo Risk Manager, Gestão de migração de datacenter, gestão de riscos e gestão de continuidade de negócios	808.000,00	808.000,00	R\$ 808.000,00	Solução e suporte - 12 meses, a partir da emissão dos respectivos TRD's (suporte prorrogável); garantia (todo o objeto) de 24 meses após o TRD
2011/42	346.315	INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação - help desk	1.488.000,00	1.488.000,00	R\$ 124.000,00 (MENSAL) e R\$ 1.488.000,00 (ANUAL)	29/11/2012
2011/43	346.767	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE	prestação de serviços de agente de integração para intermediar a realização de estágio supervisionado de estudantes	339.153,84	339.153,84	R\$ 28.262,82 (mensal) e R\$ 339.153,84 (anual)	29/11/2012

2011/44	339.046	MTEL TECNOLOGIA LTDA	aquisição de infra-estrutura de rede de dados, incluindo equipamentos para <i>datacenter</i> , <i>switches</i> de acesso, treinamento, garantia e suporte	255.000,00	255.000,00	R\$ 255.000,00	Cont - até o TRD (em 29/3/2012); Garantia - 48 meses do TRD (até 28/3/2014); Suporte Técnico - 12 meses do TRD, (até 28/3/2013), prorrogável
2011/45	341.598	AMC INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de multifuncional monocromática	35.580,00	35.580,00	R\$ 35.580,00	10/07/2012 (garantia de 36 meses do trd - 10/04/2015)
2011/46	347.068	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Fornecimento de solução de operacionalização da Central Nacional de Informações Processuais do Poder Judiciário - CNIP	44.976.578,00	44.976.578,00	R\$ 44.976.578,00	22/12/2013 (suporte téc e atualização de versões até 22/12/2012)
2011/47	345.813	INFORME - COMUNICAÇÃO INTEGRADA SS LTDA	prestação de serviços na área de Assessoria de Comunicação Social nas categorias de editor, repórter, redator publicitário, repórter-fotográfico, diagramador, programador visual e revisor de textos	3.525.407,41	3.963.052,63	R\$ 330.254,38 (MENSAL) e R\$ 3.963.052,63 (ANUAL)	27/12/2012

2011/48	346.633	PRISMA SYS INFORMÁTICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	prestação de serviço de suporte técnico com atualização de versões para 5 (cinco) licenças de <i>software</i> de consulta e extração de dados e relatórios do SIAFI (CONSAFI MULTIPLATAFORMA)	15.000,00	15.000,00	R\$ 1.250,00 (MENSAL) e R\$ 15.000,00 (ANUAL)	19/01/2013
2011/49	345.346	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP	prestação de serviços especializados em tecnologia da informação para manutenção preventiva e adaptativa e suporte técnico aos softwares desenvolvidos e em uso pelo Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos do Poder Judiciário	10.032.617,04	9.955.386,48	R\$ 829.615,54 (MENSAL) e R\$ 9.955.386,48 (ANUAL)	25/01/2013
2011/50	347.163	ACECO TI LTDA.	Sala Cofre	8.690.000,00	8.690.000,00	R\$ 8.690.000,00	até a emissão do TRD, ressalvado garantia de 12 meses após o TRD

2011/51	345.644	JAIME GUIMARÃES COSTA INFORMÁTICA ME	Aquisição de 1 (uma) Licença de Software JIRA versão 4.4 ou superior para acesso ilimitado de usuários, incluindo os serviços de suporte técnico e atualização	22.647,00	22.647,00	R\$ 22.647,00 (vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e sete reais	até o recebimento definitivo das licenças, ressalvado o período de suporte técnico e atualização de versões do software que será de 12 (doze) meses, contados da emissão do TRD
2012/01	342.328	FLEXIBASE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME	Fornecimento de mobiliário	17.890,68	17.890,68	R\$ 17.890,68	Até o recebimento definitivo, ressalvada garantia de 5 anos do TRD
2012/02	342.328	FLEXIBASE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME	Fornecimento de mobiliário	12.589,56	12.589,56	R\$ 12.589,56	Até o recebimento definitivo, ressalvada garantia de 5 anos do TRD

2012/03	347.068	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Fornecimento de solução de operacionalização da Central Nacional de Informações Processuais do Poder Judiciário - para o item serviços técnicos especializados de customização da solução	3.580.806,00	3.580.806,00	R\$ 3.580.806,00	07/02/2013
2012/04	345.735	GESTAMAQ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA. - EPP	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de 55 aparelhos condicionadores de ar, com fornecimento de peças, troca de filtro e recarga de gás.	8.772,72	8.772,72	R\$ 8.772,72	04/03/2013
2012/05	346.039	GLOBAL IP TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Aquisição de solução de segurança de rede e aplicação com redundância (<i>firewall</i> , VPN SSL, prevenção de intrusão - IPS, filtro de conteúdo, <i>anti-spam</i>), envolvendo o fornecimento de equipamentos com <i>software</i> , serviços de instalação, operação assistida e suporte técnico	368.000,00	368.000,00	R\$ 368.000,00	Até o TRD (da entrega, instalação e operação assistida), salvo suporte técnico de 12 meses do trd - prorrogável.

2012/07	345.631	TECNOLINEA INJETADOS PLÁSTICOS LTDA	Fornecimento de mobiliário	33.799,80	33.799,80	R\$ 33.799,80	Até o recebimento definitivo - Atesto da NF em 25/5/2012, ressalvada garantia de 5 anos do recebimento (24/5/2017)
2012/08	342.328	FLEXIBASE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME	Fornecimento de mobiliário	11.700,00	11.700,00	R\$ 11.700,00	Até o recebimento definitivo, ressalvada garantia de 5 anos do TRD
2012/09	346.828	ELEBRASIL ELEVADORES LTDA EPP	Manutenção preventiva, corretiva e atendimento emergencial, c/ fornecimento de peças p/ 2 elevadores	9.360,00	9.360,00	R\$ 9.360,00	09/04/2013
2012/10	346.229	EUNICE MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA ME	Contratação de livraria ou distribuidor especializado para fornecimento parcelado de publicações nacionais disponíveis no mercado	20.000,00	20.000,00	R\$ 20.000,00	11/04/2013
2012/11	346.229	G.B. DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP	Contratação de livraria ou distribuidor especializado para fornecimento parcelado de publicações estrangeiras disponíveis no	1.920,00	1.920,00	R\$ 1.920,00	11/04/2013

			mercado				
2012/12	347.110	SERPRO	Extração e fornecimento ao CNJ de informações da Base de Dados da Receita Federal, especialmente os dados existentes no CPF e no CNPJ	71.106,72	71.106,72	R\$ 71.106,72	17/05/2013
2012/13	348.839	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	Fornecimento de energia elétrica	4.200,00	4.200,00	R\$ 4.200,00 (p/12 MESES)	30/07/2017
2012/14	345.631	TECNOLINEA INJETADOS PLÁSTICOS LTDA	Fornecimento de mobiliário	69.566,40	69.566,40	R\$ 69.566,40	até o recebimento definitivo do objeto, ressalvada a garantia de 5 anos a partir do TRD
2012/15	345.632	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI LTDA - EPP	Fornecimento de mobiliário (mesa redonda de reunião)	1.630,93	1.630,93	R\$ 1.630,93	até o recebimento definitivo, ressalvada garantia de 5 anos do recebimento definitivo

2012/16	345.920	S.A - GRUPO ITAUTEC	Aquisição de microcomputadores, serviços de assistência técnica on site e garantia	529.992,00	529.992,00	R\$ 529.992,00	Até o último TRD (garantia de 48 meses de cada TRD)
2012/17	345.630	INFORLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	Fornecimento de mobiliário (mesa e gaveteiro)	15.709,00	15.709,00	R\$ 15.709,00	até o recebimento definitivo, ressalvada a garantia de 5 anos do rec definitivo
2012/19	348.902	PREMIER EVENTOS LTDA	Prestação de serviços de organização de eventos e correlatos a serem realizados pelo CNJ, sob demanda, nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste...	372.294,00	293.094,00	R\$ 293.094,00	27/08/2012
2012/20	346.578	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	prestação de serviços de subscrições do software Red Hat Enterprise Linux e servidor de aplicação JBoss, com suporte técnico e atualização de versões.	181.785,00	181.785,00	R\$ 181.785,00	Até o TRD, ressalvado o período de suporte técnico e atualização de versões de 12 meses do TRD

2012/21	345.633	LAITANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Fornecimento de mobiliário (apoio p/ pés)	2.504,70	2.504,70	R\$ 2.504,70	até o recebimento definitivo, ressalvada a garantia de 5 anos do rec definitivo
2012/22	345.633	LAITANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Fornecimento de mobiliário (apoio p/ pés)	5.844,30	5.844,30	R\$ 5.844,30	até o recebimento definitivo, ressalvada a garantia de 5 anos do rec definitivo

2012/23	347.033	OI S.A.	prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC), na modalidade local, que compreende a realização de chamadas locais para telefones fixos e móveis, bem como a recepção de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal – DDR); prestação de serviço telefônico fixo por intermédio de linhas diretas privadas de centrais CPA com acesso nacional e internacional por meio de seleção de prestadora; e prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC), na modalidade longa distância nacional, que compreende a realização de chamadas para telefones fixos e móveis (DDD – Intra-Regional e Inter-Regional)	224.097,00	224.097,00	R\$ 224.097,25	10/07/2013
2012/24	347.033	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL	prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC), na modalidade longa distância internacional, que compreende a realização de chamadas para telefones fixos e móveis (DDI), originadas dos ramais da	2.755,05	2.755,05	R\$ 2.755,05	03/07/2013

			Central PABX (DDR)				
2012/25	345.434	AMERICEL S.A	prestação de serviço de telefonia móvel pessoal (SMP), pós-pago, com roaming nacional automático e roaming internacional, na modalidade Local, e serviço de pacote de dados, com fornecimento de aparelhos de telefonia móvel em regime de comodato	268.747,20	268.747,20	R\$ 268.747,20	24/07/2013
2012/26	345.434	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL	prestação de serviço de telefonia móvel pessoal (SMP), pós-pago, nas modalidades Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI)	227.010,00	227.010,00	R\$ 227.010,00	10/07/2013
2012/27	342.328	FLEXIBASE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME	Aquisição de mobiliário (estação de trabalho e mesa de reunião)	12.371,20	12.371,20	R\$ 12.371,20	até o TRD, ressalvada garantia de 5 anos do trd

2012/28	346.421	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	a) Aquisição de enclousures (gavetas), rack e discos, para expansão da atual solução de armazenamento de dados de alta disponibilidade e de backup, incluindo os serviços de suporte técnico; e b) serviço de suporte técnico para o storage modelo EMC Celerra NS20FC.	914.048,58	914.048,58	R\$ 914.048,58	a) aquisição dos equipamentos - até o TRD (em 24/9/2012); b) suporte técnico dos bens adquiridos - 24 meses- prorrogável - a contar do TRD (até 23/9/2014); c) suporte técnico do storage modelo EMC Celerra NS20FC - 12 meses a contar da assinatura (até 12/7/2013)
2012/29	346.421	UNITECH-RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Aquisição de biblioteca de fitas com serviço de suporte técnico e cartuchos de fita magnética	72.441,05	72.441,05	R\$ 72.441,05	a) equipamentos - até a emissão do TRD (em 24/9/2012); b) suporte técnico - 24 meses do TRD (até 23/9/2014), prorrogável.

2012/30	345.630	INFORLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	Aquisição de mobiliário (mesa auxiliar de conexão)	5.728,20	5.728,20	R\$ 5.728,20	até o recebimento definitivo, ressalvada a garantia de 5 anos do rec definitivo
2012/31	345.631	TECNOLINEA INJETADOS PLÁSTICOS LTDA	Fornecimento de mobiliário	34.000,00	34.000,00	R\$ 34.000,00	até o recebimento definitivo, ressalvada a garantia de 5 anos do rec definitivo
2012/33	349.472	MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de monitor LCD/LED SAMSUNG	245.584,00	245.584,00	R\$ 245.584,00	90 dias do TRD, salvo garantia de 36 meses do trd
2012/34	346.665	TORINO INFORMÁTICA LTDA	Fornecimento de notebooks, incluindo garantia on site de 48 meses (a partir do TRD)	398.000,00	398.000,00	R\$ 398.000,00	10/10/2016 (garantia on site de 48 meses a partir do aceite definitivo)
2012/35	348.902	PREMIER EVENTOS LTDA	Prestação de serviço de organização de eventos e correlatos a serem realizados pelo CNJ, sob demanda, nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, abrangendo planejamento operacional, organização, execução, montagem de	865.082,40	865.082,40	R\$ 865.082,40	21/11/2012

			infraestrutura, fornecimento de bens e apoio logístico, independentemente da prestação de serviços concomitante.				
2012/36	349.714	CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA	Prestação de serviços de brigada de incêndio e primeiros socorros, a serem prestados no edifício situado no SEPN Quadra 514, lote 7, Bloco B.	597.022,92	597.022,92	R\$ 49.751,91 (mensal); R\$ 597.022,92 (anual)	12/09/2013
2012/37	347.624	LINK INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de manutenção corretiva e evolutiva para computadores servidores marca Dell PowerEdge R900.	9.998,84	9.998,84	R\$ 833,24 (mensal) e R\$ 9.998,84 (anual)	11/09/2013
2012/38	346.039	GLOBAL IP TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Prestação de serviço de treinamento de servidores para a solução de segurança de rede e aplicação com redundância (firewall, VPN SSL, prevenção de intrusão - IPS, filtro de conteúdo, anti-spam.	32.000,00	32.000,00	R\$ 32.000,00	Até a emissão do TRD
2012/40	345.919	SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	Aquisição de no-breaks, assistência técnica on-site e garantia	2.325.785,00	2.325.785,00	R\$ 2.325.785,00	CONT- Até a emissão do último TRD; GARANTIA- 12 meses dos TRD's
TOTAL				224.675.105,68	233.297.848,17		

**7. SINDICÂNCIAS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
DISCIPLINARES E TOMADAS DE CONTAS
ESPECIAIS**

7.1. SINDICÂNCIAS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES INTERNOS E TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Constam em tramitação:

- processo de sindicância que apura o desaparecimento de 8 suportes de televisores das dependências do CNJ (Processo 349.548);
- processo administrativo (349.116) que apura a desaparecimento de bens de informática, em que a Secretaria de Controle Interno opinou pela abertura de Tomada de Contas Especial (Informação nº 51/2012). O processo está sendo analisado pela Assessoria Jurídica do CNJ, e, após seu parecer conclusivo, a Diretoria-Geral adotará as providências cabíveis para abertura da TCE.

**8. ANEXO I - QUADRO FINAL DOS INDICADORES
ESTRATÉGICOS APÓS A 3ª RAE**

8.1. QUADRO FINAL DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS APÓS A 3ª RAE

Objetivo Estratégico: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos conselheiros, magistrados e servidores.

Descrição do Objetivo: Garantir que os conselheiros, magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
01	Índice de capacitação do Poder Judiciário em EaD nas competências estratégicas*	Capacitar, a distância, 70% dos administradores do Judiciário nas competências estratégicas até 2014.						Medição suspensa****
		-	40%	45%	50%	65%	70%	
03	Percentual do orçamento de aplicado em capacitação	Aplicar 13,8% do valor do orçamento executado em capacitação até 2014						Trimestral
		2,64			9,4%	10,7%	13,8%	
04	Índice de capacitação para Servidores	Obter 80% no índice de capacitação nas competências da função (papal) dos servidores** e/ou pela área de atuação até 2014						Trimestral
		62%			70%	75%	80%	
05	Índice de capacitação para Gestores	Obter 80% no índice de capacitação nas competências estratégicas* e/ou aquelas identificadas no processo de avaliação de competências dos gestores***, até 2014, com o mínimo de 15 horas/aulas.						Trimestral
		21%			60%	70%	80%	

* Competências Estratégicas: gestão estratégica, gestão de projetos, gestão de procedimentos de trabalho, gestão da informação e gestão de pessoas.

** Servidores efetivos, requisitados ou sem vínculo, excetuando-se aqueles considerados gestores.

*** Conselheiros, Juízes Auxiliares, ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada em nível de chefia, assim como servidores designados como substitutos dos ocupantes de cargo em comissão e função comissionada em nível de chefia.

**** O CEAJUD fará uma análise da meta quanto à fonte dos dados a ser utilizada para a medição, conforme deliberado na 3ª RAE – indicadores finalísticos

Objetivo Estratégico: Motivar e comprometer conselheiros, magistrados e servidores com a execução da estratégia.

Descrição do Objetivo: Elevar o nível de comprometimento e motivação dos conselheiros, magistrados e servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
06	Índice do clima Organizacional do CNJ	Obter 80% no índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014.						Bienal
		-	70%	72%		80%		
07	Índice de absenteísmo	Reduzir para 2% o índice de absenteísmo até 2014.						Mensal
		-	4,0%	3,5%	3,0%	2,5%	2%	
08	Índice de prevenção de saúde	Atingir 100% do índice de prevenção de saúde até 2014.						Semestral
		-	95%	100%	100%	100%	100%	

Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades.

Descrição do Objetivo: Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho do CNJ, garantindo aos conselheiros, magistrados e servidores condições de saúde e segurança, além da segurança da informação, alta disponibilidade e manutenção dos sistemas.

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
09	Índice de aderência aos padrões mínimos de TI estabelecidos para o Poder Judiciário**	Atender 100% dos itens de padrões mínimos de TI, estabelecidos para o Judiciário, até 2014.						Anual
		-	60%	70%	80%	90%	100%	
10	Índice de ausência por motivo de saúde	Reduzir para 5% o índice de ausência por motivo de saúde até 2014.						Trimestral
		-			9%	7%	5%	

**Resolução CNJ n. 90, de 29 de setembro de 2009

Objetivo Estratégico: Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.

Descrição do Objetivo: Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.

Nº	Indicador	Metas					Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	
11	Índice de disponibilidade de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação do CNJ	Elevar para 99% o índice de disponibilidade de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação do CNJ, até 2014.					Trimestral
		-	95%	96%	99%	99,8%	
12	Índice de disponibilidade de sistemas de informação estratégicos do CNJ	Elevar para 99% o índice de disponibilização de sistemas em 2014.					Trimestral
		-	99%	99%	99%	99%	
13	Índice de ataques externos e internos, impedidos do CNJ	Resolver pelo menos 99% dos ataques automaticamente pela infraestrutura, até 2014.					Trimestral
		-	95%	96%	97%	98%	
14	Índice de alcance do nível satisfatório de riscos muito alto e alto	Implementar 90% dos controles de riscos de TI identificados em análises de riscos anuais com nível de risco classificados como muito alto e alto					Anual
		70%	-	-	80%	85%	

* A redação da meta será revisada para melhor clareza, conforme decidido na 3ª RAE

Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução dos objetivos da estratégia.

Descrição do Objetivo: Promover ações orçamentárias, visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
15	Índice de orçamento estratégico*	Disponibilizar 80% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas até 2014.						Anual
		-	50%	53%	70%	75%	80%	
16	Índice de execução do orçamento estratégico	Aumentar para 95% o valor liquidado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal até 2014.						Anual
		-	95%	96%	75%	85%	95%	
17	Índice de liquidação do orçamento disponibilizado	Aumentar para 95% o valor liquidado sobre o valor total do orçamento até 2014.						Anual
		-	95%	96%	75%	85%	95%	

* Retirar, do que é orçamento estratégico, a parcela do eJus, destinada aos demais órgãos

Objetivo Estratégico: Garantir a conformidade aos Princípios Constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.

Descrição do Objetivo: Controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário para garantir a conformidade com os Princípios Constitucionais Administrativos e com a Legislação.

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	

Obs: Em consequência das deliberações da 3ª RAE, será realizado estudo para propor a criação de indicador semelhante à Meta 1, alinhado a este Objetivo Estratégico.

Objetivo Estratégico: Prevenir e corrigir desvios de conduta dos membros e órgãos do Poder Judiciário.

Descrição do Objetivo: Realizar ações de prevenção e correção no cumprimento dos deveres funcionais dos membros e órgãos do Poder Judiciário. (Observar Lei Orgânica da Magistratura e Código de Ética da Magistratura Nacional).

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
18	Número de Tribunais inspecionados	Realizar inspeção ou revisão, anualmente, em no mínimo, 15(quinze) tribunais, até 2014.						Trimestral
		4	5	5	5	10	15	
20	Planejamento das Correições	Incluir em 100% dos Planos das Correições Ordinárias e respectivas revisões os seguintes temas: a realização de audiências concentradas nos Juízos da Infância e da Juventude*; a situação das serventias extrajudiciais, dos presos provisórios, dos precatórios, das pautas dos juizados especiais, das regras de distribuição de processos judiciais, da administração de pessoal (servidores e magistrados) e atrasos da movimentação processual, especialmente em relação às ações civis públicas, populares, improbidade e processos disciplinares relativos a magistrados.						Trimestral
		-	-	100%	100%	100%	100%	

* IN n. 2, de 3 de novembro de 2009, da Corregedoria Nacional de Justiça

Objetivo Estratégico: Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário.

Descrição do Objetivo: Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando resultados no curto, médio e longo prazo (continuidade).

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
21	Índice de maturidade da gestão estratégica	Alcançar 80% de maturidade em gestão estratégica, até 2014.						Anual
		-	-	-	60%	70%.	80%.	

Objetivo Estratégico: Garantir o cumprimento das deliberações do CNJ

Descrição do Objetivo: Garantir que todas as deliberações do CNJ sejam cumpridas pelos órgãos do Poder Judiciário.

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
22	Índice de cumprimento das deliberações do CNJ	Obter dos tribunais 100% de informações acerca das deliberações que demandem acompanhamento, até 2014*.						Semestral
		-	100%	100%	100%	100%	100%	
23	Índice de cumprimento das Resoluções do CNJ	Obter dos tribunais 100% de informações acerca das resoluções que demandem acompanhamento, até 2014*.						Semestral
		-			100%	100%	100%	

* O acompanhamento do indicador será realizado por amostragem, considerando a representatividade estatística do universo amostral, de acordo com deliberação da Presidência ou da Secretaria-Geral. A obtenção das informações será providenciada pela Secretaria Processual em cumprimento à decisão da Presidência e/ou da Secretaria-Geral. O cumprimento a partir de 2012 será integral.

Objetivo Estratégico: Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário.

Descrição do Objetivo: Realizar pesquisas para levantamento de dados que apresentem a realidade do Poder Judiciário, subsidiando a elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais.

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
24	Taxa anual de pesquisas publicadas por pesquisas com publicação prevista para o ano base	Aumentar em qualquer percentagem taxa de projetos efetivamente publicados em relação ao ano anterior						Semestral
		Medir em 2012	-	-	Qtd. ano anterior + 1	Qtd. ano anterior + 1	Qtd. ano anterior + 1	

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
25	Tempo Médio de atraso no cronograma das pesquisas do DPJ	Diminuir em 20% o tempo médio de atraso em relação ao ano anterior						Semestral
		Medir em 2012				Atraso do ano anterior – 20%	Atraso do ano anterior – 20%	
26	Total anual de produtos oriundos das atividades de assessoria* do DPJ	Atender, no mínimo, 70% das demandas oriundas das assessorias, excetuando-se os pedidos de pesquisa						Semestral
				70%	70%	70%	70%	
28	Média anual por Tribunal das inconsistências do Sistema Justiça em Números apontados aos informantes	Diminuir a taxa de inconsistência em ao menos 10% em relação ao ano anterior						Anual
					Taxa ano anterior – 10%	Taxa ano anterior – 10%	Taxa ano anterior – 10%	

* Distintos das atividades de pesquisa.

Objetivo Estratégico: Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário.

Descrição do Objetivo: Modernizar, de forma inovadora, todos os segmentos do Poder Judiciário brasileiro por meio de implantação de projetos de tecnologia da informação, especialmente o processo eletrônico, visando aumentar a agilidade e a cobertura da prestação jurisdicional, bem como a transparência nos atos, decisões e de informações de interesse da sociedade.

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
29	Índice de alcance do nivelamento nos portes de tecnologia, capacitação e automação, conforme Resolução 90*	Assegurar que 80% dos tribunais estejam no nível C dos portes de tecnologia e capacitação da Resolução 90/2010, até 2014.*						Anual
		-	20%	40%	60%	70%	80%	

Objetivo Estratégico: Fomentar a interação e a troca de experiências entre tribunais.

Descrição do Objetivo: Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre tribunais, compartilhando conhecimento, práticas e soluções jurídicas e administrativas.

Nº	Indicador	Metas					Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	
30	Índice de integração	Assegurar que sejam realizadas 6 iniciativas* que fomentem a unicidade e a integração da Justiça, até 2014					Anual
		-	-	-	2	2	

* são consideradas iniciativas a realização de workshops, palestras, encontros, todos relacionados à linha de atuação definida para o Objetivo Estratégico.

Objetivo Estratégico: Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, setores e instituições.

Descrição do Objetivo: Fortalecer a integração entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e desenvolver parcerias com setores e instituições para viabilizar o acesso à justiça, o cumprimento das decisões judiciais, a prevenção de grandes demandas, a conciliação e solução coletiva de processos judiciais. Conscientizar cada Poder, Órgão e Instituição sobre sua responsabilidade no atendimento à população. Coordenar ações convergentes das Agências governamentais para melhor administração da Justiça.

Nº	Indicador	Metas					Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	
31	Índice de parcerias com resultados concretos com os demais poderes, setores e instituições	Atingir os objetos propostos em 80% dos ajustes vigentes, até 2014.					Semestral
		-	-	-	70%	75%	

Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com públicos externos.

Descrição do Objetivo: Aprimorar a comunicação com públicos externos disponibilizando, com uma linguagem clara e acessível, informações sobre: papel, ações e iniciativas do CNJ, andamento processual, atos judiciais e administrativos, dados orçamentários. Utilizar a Ouvidoria como forma de aproximação com a sociedade.

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
32	Índice de tribunais com informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet	Obter 100% dos tribunais com pelo menos 80% das informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet, até 2014.						Quadrimestral*
		-	67%	75%	90%	95%	100%	
33	Índice de atendimento da ouvidoria	Dar resposta a 99% das demandas da ouvidoria em até cinco dias úteis, até 2014.						Trimestral
		-	90%	93%	95%	97%	99%	
34	Índice de comunicação de massa	Alcançar 100% da comunicação de massa realizada por meio da Comunicação Social tradicional, excluindo-se a hospedagem de conteúdo em espaços virtuais pertencentes ao CNJ.						Trimestral
		-	-	-	100%	100%	100%	

Objetivo Estratégico: Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.

Descrição do Objetivo: Promover a inclusão social e o desenvolvimento por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão. Fomentar a incorporação de valores éticos e morais (imparcialidade, ética, probidade) nos magistrados e servidores do CNJ, nos integrantes de organizações ligadas à atividade judiciária (OAB, AMB, AGU, Defensorias, Ministério Público, sindicatos, associações) e nos estudantes de Direito e Centros de Pesquisa.

Nº	Indicador	Metas					Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	
36	Número de ações de promoção de valores éticos e morais	Realizar pelo menos duas ações em nível nacional relacionadas à disseminação de valores éticos e morais, anualmente.					Medição suspensa*
		-	2	2	2	2	
37	Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais	Aumentar para pelo menos 250 mil o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais até 2014.					Medição suspensa*
		-	50 mil	100 mil	150 mil	200 mil	

* A meta referente aos indicadores 36 e 37 serão encaminhados à Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas e à Comissão Permanente de Acesso à Justiça e à Cidadania, respectivamente, para análise e deliberação quanto a serem responsáveis pelas medições.

Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites administrativos.

Descrição do Objetivo: Garantir a agilidade na tramitação dos processos administrativos e assegurar a razoável duração do processo.

Nº	Indicador	Metas					Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	
38	Índice de agilidade no julgamento de processos dos conselheiros**	Alcançar o percentual de 95% de processos solucionados pelos Conselheiros, em até 180 dias* (Res. CNJ nº 135/2011).					Semestral
		-	88%	90%	92%	94%	
39	Índice de agilidade no julgamento – processos da Corregedoria **	Aumentar para 80% o percentual de processos baixados pela Corregedoria em até 180 dias, até 2014.					Semestral
		-	60%	65%	70%	75%	
41	Índice de processos antigos dos conselheiros	Obter dos Gabinetes dos Conselheiros, dados de arquivamento de processos distribuídos e pendentes, do segundo ano anterior ao ano em curso, até 2014.					Semestral
		-	3%	2%	1%	0,5%	

Nº	Indicador	Metas						Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014	
42	Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Obter 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão até 2014.						Trimestral
		-	70%	75%	80%	85%	90%	
43	Índice de cumprimento da Resolução 135/2011	Julgar 95% dos PADs em 140 dias (prazo padrão), até 2014***						Semestral
		-	20%	40%	60%	80%	95%	
44	Taxa de Procedimentos em andamento	Arquivar, no mínimo, número igual ao de procedimentos distribuídos no ano anterior e 5% da parcela do estoque, até 2014						Trimestral
				Rec.: 4112 Julg.: 4337				
45	Estruturação do setor de precatórios	Analisar, em 100% das visitas – diligências/inspeções ordinárias e extraordinárias, a adequação orgânica e os critérios de transparência do setor de precatório, visando à eventual reestruturação dos órgãos visitados.						Trimestral
					100%	100%	100%	
46	Índice de agilidade na movimentação dos Procedimentos	Movimentar, em no máximo 60 dias, os procedimentos disciplinares que tramitam na Corregedoria Nacional de Justiça.						Trimestral
					90%	95%	100%	

* Excetuados processos administrativos disciplinares, para os quais a Resolução CNJ nº 135/2011 determina o prazo de 140 dias, prorrogável por deliberação do Plenário.

** Serão considerados apenas os seguintes processos: PCA, PP, REVDIS e CONSULTA, até que esteja concluso estudo para mensuração por classe.

*** No cômputo do indicador, não serão considerados os processos suspensos.

Objetivo Estratégico: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

Descrição do Objetivo: Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (promover ações de Responsabilidade Ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.

Nº	Indicador	Metas					Periodicidade
		Ano base	2010	2011	2012	2013	
47	Manutenção do consumo de material de insumos per capita	Manter em até 52% o valor destinado ao consumo de insumos, até 2014.					Anual
		-	10%	20%	30%	40%	
48	Redução nas despesas de combustível, por veículo	Reduzir em 15% o consumo de combustível, em litros e por veículo, até 2014.					Anual
		-	10%	15%	5%	10%	
49	Manutenção das despesas de telefonia	Manter em até 15% o aumento das despesas com telefonia, até 2014.					Trimestral
		-	10%	15%	5%	10%	
50	Manutenção do consumo de água e energia per capita	Manter em até 30% o aumento de água e energia (kW e m3), per capita, até 2014.					Trimestral
		-	10%	15%	15%	20%	

Visão: Ser um instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário.

Descrição da Visão: Coordenar a gestão do Poder Judiciário, atuando em parceria com suas unidades para que alcancem seus objetivos estratégicos, visando à melhoria da prestação jurisdicional.

Nº	Indicador	Metas			Periodicidade
		Ano base	2010	2011/2012	
51	Índice de satisfação do cliente do CNJ quanto ao atendimento	Assegurar 80% de aprovação na pesquisa de satisfação do usuário, até 2014.			Bienal
		-	60%	65%	